




TRT-12ª REGIÃO
Corregedoria

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

3ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

 1º a 5-12-2025

 Joinville

APRESENTAÇÃO

● DA CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 12ª REGIÃO

A Justiça do Trabalho é o ramo do Poder Judiciário que trata, principalmente, dos conflitos decorrentes das relações de trabalho, conforme competência definida no art. 114 da Constituição Federal de 1988.

Para cumprir sua missão, a Justiça do Trabalho desdobra-se em diversas unidades judiciárias pelo país, conforme a necessidade de cada região.

Em Santa Catarina (12ª Região), há 60 varas do trabalho, 14 centros judiciários de métodos consensuais de solução de disputas (Cejuscs) e 13 centrais de apoio à execução (Caexs), distribuídas em 11 circunscrições. Todas essas unidades atuam em conformidade à sua competência territorial e estão vinculadas ao Tribunal Regional, sediado na capital do estado, Florianópolis.

Essas unidades judiciárias representam o primeiro grau de jurisdição e estão à frente do cumprimento, em matéria trabalhista, da garantia constitucional descrita no art. 5º, inc. XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

A Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região insere-se nesse contexto a partir da sua indispensável atribuição regimental (art. 30) de exercer funções de inspeção permanente e periódica, ordinária ou extraordinária, geral ou parcial sobre os serviços judiciários de primeiro grau da Justiça do Trabalho em Santa Catarina.

Outra função importante da Corregedoria Regional, além do ato de fiscalizar, é adotar estratégias voltadas ao auxílio e apoio à gestão judiciária das unidades de primeiro grau.

À Corregedoria, comprometida em sua missão moderna, não basta apontar e corrigir o equívoco, mas preveni-lo. Para tanto, apresenta iniciativas, parcerias, inovações tecnológicas e projetos com vistas a apoiar o primeiro grau de jurisdição, sem evadir-se do papel fiscalizador e corretivo. A fiscalização passa a ser colaborativa.

Assim o faz à luz de seus valores - [credibilidade](#), [efetividade](#), [colaboração](#), [excelência](#), [integridade](#) e [inovação](#) -, sempre buscando melhorar a prestação de serviços ao jurisdicionado.

Esta ata de correição apresenta de forma detalhada e transparente o trabalho colaborativo de fiscalização e orientação às unidades judiciárias realizado anualmente pela Corregedoria nas correições ordinárias presenciais. Além disso, a Corregedoria contribui de forma permanente para a gestão cotidiana e colaborativa das atividades de primeiro grau, oferecendo orientações, informações e recursos tecnológicos atualizados para auxiliar a autoinspeção (gestão realizada pela própria unidade) e diminuir inconsistências e retrabalho.

• DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional, Narbal Antônio de Mendonça Fileti, esteve na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, para a realização da Correição Ordinária objeto do Edital de Correição nº 13/2025, disponibilizado no DEJT e no [portal da Corregedoria](#) Regional em 15-10-2025.



CorOrd nº
0000198-09.2025.2.00.0512



1º a 5 de dezembro de
2025



Joinville

Foram previamente científicadas(os) do trabalho correicional, com o envio do Edital de Correição:



- unidade judiciária correicionada;
- Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina;
- subseções da OAB de Joinville e de São Francisco do Sul.



Sua Excelência foi recebido pela Exma. Juíza Titular Eronilda Ribeiro dos Santos e pelo Exmo. Juiz Substituto Jeferson Peyperl.



Os processos na unidade tramitam em meio eletrônico.

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA	4
1.1. Juízes(as)	5
1.1.1. Atividades de formação continuada	5
1.1.2. Assiduidade dos(as) magistrados(as)	5
1.1.3. Atuação no segundo grau de jurisdição	5
1.1.4. Processos conclusos com o prazo vencido	6
1.2. Servidores(as)	6
2. DADOS ESTATÍSTICOS	8
2.1. Audiências	8
2.1.1. Pauta de audiências	8
2.1.2. Audiências realizadas	9
2.2. Movimentação processual	11
2.2.1. Fase de conhecimento	11
2.2.2. Fase de execução	12
2.2.3. Processos em tramitação	14
2.2.4. Incidentes na liquidação e na execução	14
2.2.5. Prazos médios	16
2.2.6. Índice de conciliação	17
2.2.7. Taxas de congestionamento	18
2.2.8. Valores arrecadados	19
2.2.9. Valores pagos aos autores	19
2.2.10. Taxa de recorribilidade	20
2.2.11. Produção e prazo de juízes(as)	21
2.3. Índice Nacional de Gestão do Desempenho - IGEST	22
2.4. Metas TRT-SC	25
2.4.1. Metas 2024	25
2.4.2. Metas 2025	26
3. CORREIÇÃO ANTERIOR	31
4. ANÁLISES E OBSERVAÇÕES	33
4.1. Processos analisados na correição	33
4.2. Constatações	34
4.2.1. Art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT	34
4.2.2. Constatações gerais	34

4.2.3.	Instalações da unidade judiciária	35
4.3.	Projeto Garimpo	36
4.3.1.	Cumprimento das metas	36
4.3.2.	Contas judiciais.....	36
4.3.3.	Contas recursais	38
4.3.4.	Proads abertos.....	39
4.3.5.	Listagens extraídas do Garimpo	39
4.4.	Auditoria das contas judiciais.....	39
4.5.	Observações nos procedimentos analisados antecipadamente na correição.....	40
5.	DETERMINAÇÕES	42
5.1.	Determinação específica	42
5.2.	Determinações permanentes	42
6.	RECOMENDAÇÕES	44
6.1.	Recomendação reiterada.....	44
6.2.	Recomendações específicas.....	44
6.3.	Recomendações permanentes.....	44
7.	REUNIÕES.....	46
7.1.	Reunião com advogados(as)	46
7.2.	Reunião com o diretor de secretaria.....	48
7.3.	Reunião com os(as) juízes(as) do foro.....	52
7.4.	Reunião de encerramento com magistrados(as) e servidores(as).....	54
8.	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.....	57
8.1.	DE 2 – Protocolos de julgamento com perspectivas de gênero e raça	57
8.2.	DE 4 – Violência contra a mulher – assédio moral, sexual e discriminação	58
8.3.	DE 5 – Sustentabilidade e acessibilidade	59
8.4.	DE 6 – Resolução consensual dos conflitos – combate à litigância abusiva	59
8.5.	DE 7 – Cooperação judiciária.....	60
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
9.1.	Prazo para resposta	61
9.2.	Reanálise das determinações e recomendações.....	61
9.3.	Solicitações.....	61
9.4.	Encerramento	61

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA



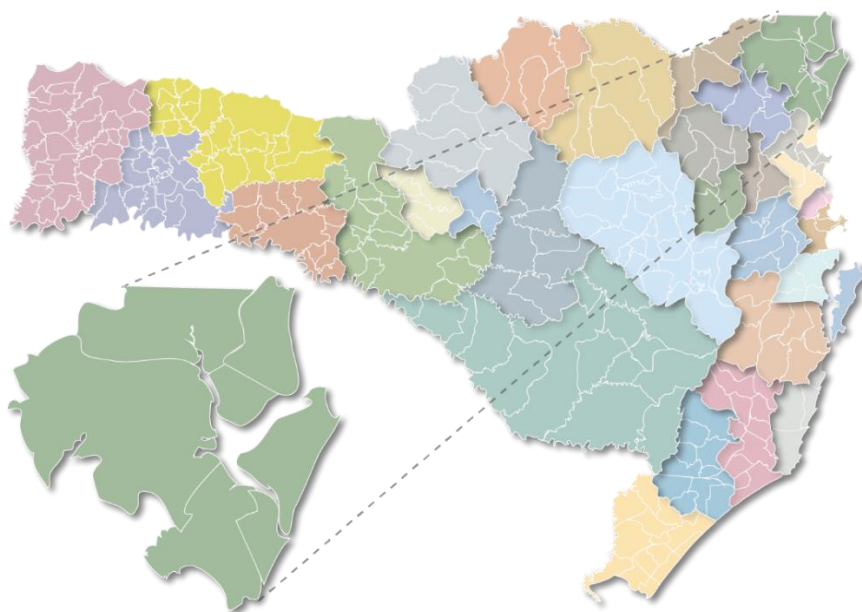
Lei de criação: Lei nº 7.729/1989



Data da instalação: 12-03-1990



Competência territorial: Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e São Francisco do Sul.



1.1. JUÍZES(AS)

Juíza Titular	Desde	Reside fora da jurisdição?
Eronilda Ribeiro dos Santos	29-04-2011	Não

Fonte: SGP e informações prestadas pela juíza.

Juiz Substituto	Desde	Reside fora da jurisdição?
Jeferson Peyerl	06-03-2023	Não

Fonte: SGP e informações prestadas pelo juiz.

1.1.1. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

De acordo com informações prestadas pela Escola Judicial do Tribunal Regional da 12ª Região:

A Exma. Juíza Titular Eronilda Ribeiro dos Santos realizou **82,5 horas** de atividades de formação continuada nos últimos doze meses, averbadas até o dia 30-11-2025.

O Exmo. Juiz Substituto Jeferson Peyerl, lotado na unidade, realizou **40,5 horas** de atividades de formação continuada nos últimos doze meses, averbadas até o dia 30-11-2025.

1.1.2. ASSIDUIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS)

Em cumprimento ao disposto no inc. II do art. 32 da [Consolidação dos Provedimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho](#), verifica-se a assiduidade dos(as) magistrados(as) por meio das informações obtidas em questionário, bem como na agenda disponibilizada na [página deste Regional, na internet](#).

Os(as) Exmos(as). Juízes(as) Eronilda Ribeiro dos Santos e Jeferson Peyerl, informaram que, à exceção dos afastamentos legais e regimentais, comparecem regularmente na sede da unidade judiciária para a realização das audiências e estão presentes na unidade judiciária em pelo menos três dias por semana, conforme [Recomendação CGJT nº 2/2022](#).

Quanto à agenda disponibilizada na [página deste Regional, na internet](#), constata-se a informação da presença dos(as) Exmos(as). Juízes(as). Ou não há informação da presença...

1.1.3. ATUAÇÃO NO SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO

Não houve convocação da Exma. Juíza Titular, Eronilda Ribeiro dos Santos, para atuar no Tribunal no ano de 2025.

1.1.4. PROCESSOS CONCLUSOS COM O PRAZO VENCIDO

O quadro abaixo apresenta a quantidade dos processos conclusos para sentença de conhecimento, para decisões em embargos de declaração, para decisões em incidentes (liquidação e execução), bem como para decisões interlocutórias, com os prazos vencidos, conforme consulta ao [painel Illumina12](#) no dia 05-12-2025.

Juiz(íza)	Concluso com prazo vencido			
	Sentença de conhecimento	Embargos de Declaração	Incidentes	Decisões Interlocutórias
Eronilda Ribeiro dos Santos (Titular)	11	0	0	0
Jeferson Peyrerl (Substituto)	0	0	1	0

Considerando que nenhum dos processos conclusos com prazo vencido está há mais de 60 dias corridos além do prazo legal (art. 31 da [Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho](#)), recomenda-se que os(as) juízes(as) envidem esforços para prolatar as sentenças e decisões no prazo legal.

1.2. SERVIDORES(AS)

Servidor(a)	Cargo	Função	Exercício na lotação
Adriane Sikorski Mengarda	AJ	Assist. chefe apoio administrativo FC-04	07/12/2011
Aline Hirt	AJ	Assessora de juiz titular de vara CJ-01	02/12/2019
Carlos Roberto Kohler	TJ	Assist. chefe apoio prep. de audiências FC-04	13/02/2006
Caroline Cristine Cidral Niehues	TJ	Assessora de juiz substituto CJ-01	17/04/2023
Cleberson Costa Santos	TJ	Assistente de juiz FC-05	20/01/2017
Cristiane Wegner Bruske	TJ	Assistente FC-04	17/11/2005
Gustavo Tuon	TJ	Diretor de secretaria de VT CJ-03	25/03/2013
Lucas Eduardo Guse	TJ	Assistente FC-02	25/04/2022
Rafael Augustin Schvendtner	TJ	Assistente FC-02	18/08/2025
Vinicius Ribeiro de Souza Ferreira	TJ	Assistente FC-02	06/09/2018
Total (8 servidoras(es) e 2 assessoras):			10
Lotação paradigma: nove servidoras(es). Considerando a Resolução nº 219 de 26-04-2016, do Conselho Nacional de Justiça e determinação da Presidência no expediente de PROAD nº 4429/2016 a unidade está com déficit de um(a) servidor(a).			

Legenda: TJ - Técnico Judiciário; AJ - Analista Judiciário. A unidade conta com uma estagiária: Kemily Vitória Garcia Figueiredo. Fonte: SGP.

De acordo com informação prestada pelo diretor de secretaria em questionário, há três servidores(as) e duas assessoras em teletrabalho. Informou que o máximo de servidores(as) em teletrabalho é de até 30%, conforme determina a [Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 118/2024](#).

Nos dias da correição estavam presentes os(as) servidores(as):

- Adriane Sikorski Mengarda
- Carlos Roberto Kohler;
- Cleberson Costa Santos;
- Cristiane Wegner Bruske
- Gustavo Tuon;
- Lucas Eduardo Guse;
- Rafael Augustin Schvendtner; e
- Vinicius Ribeiro de Souza Ferreira.

Não estavam presentes, com justificativa, as servidores:

- Aline Hirt, em teletrabalho em Dallas, Estados Unidos; e
- Caroline Cristine Cidral Niehues, teletrabalho em Jaraguá do Sul/SC.

2. DADOS ESTATÍSTICOS

2.1. AUDIÊNCIAS

2.1.1. PAUTA DE AUDIÊNCIAS

Conforme informações do diretor de secretaria, a pauta de audiências funciona da seguinte forma: “Segunda à sexta-feira com pautas duplas ocasionais.”.

De acordo com informação prestada pelo diretor de secretaria em questionário, a pauta é dividida da seguinte forma entre os(as) juízes(as):

Juiz(íza)	Divisão de pauta	Audiências designadas por dia da semana
Eronilda Ribeiro dos Santos	Feita de forma igualitária, sem critério específico	5 instruções por dia
Jeferson Peyperl		

No dia 17-11-2025, havia 371 audiências designadas, todas de instrução, conforme pesquisa no relatório de audiências do [painel Illumina12](#). Não são consideradas as designadas no Cejusc.

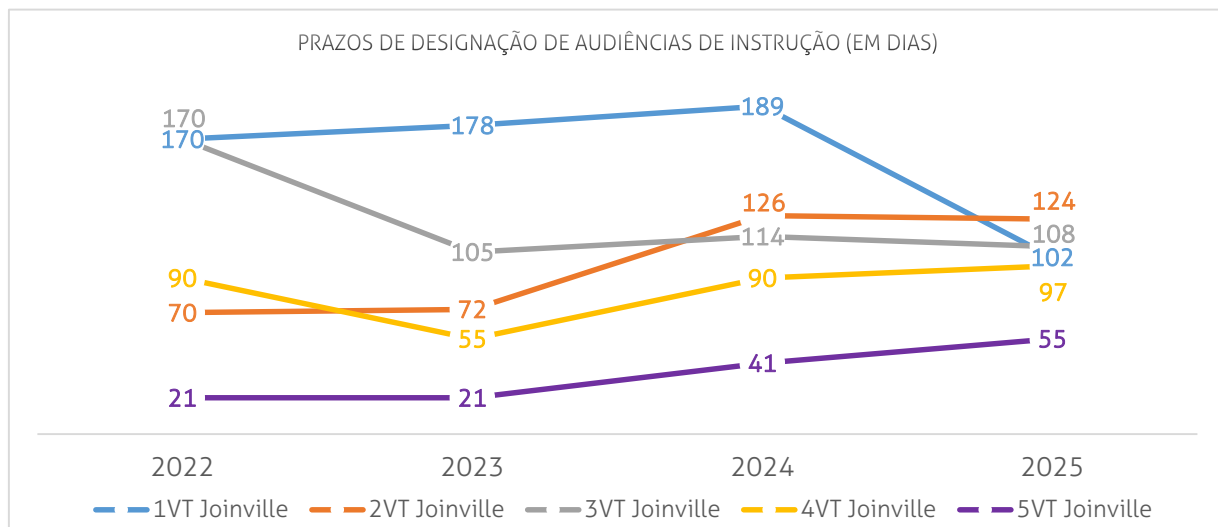
O fórum do trabalho possui pauta disponibilizada no Sisdiv para oitiva de testemunha, conforme [art. 61 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#), e inc. I do art. 2º da [Portaria SEAP nº 88/2024](#), de segunda à sexta-feira.

De acordo com o [art. 41 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#), as pautas de inicial e de instrução da unidade deveriam ter os prazos de 60 e 150 dias, respectivamente. O quadro abaixo apresenta a data mais distante em que há audiências designadas.

Unidade judiciária	Datas mais distantes das audiências futuras			
	Iniciais		Instrução	
	Data	Prazo	Data	Prazo
1ª Vara do Trabalho de Joinville	19-11-2025	2	31-03-2026	102
2ª Vara do Trabalho de Joinville	01-12-2025	14	22-04-2026	124
3ª Vara do Trabalho de Joinville	-	-	06-04-2026	108
4ª Vara do Trabalho de Joinville	-	-	26-03-2026	97
5ª Vara do Trabalho de Joinville	-	-	12-02-2026	55

Fonte: [Painel Illumina12](#), em 17-11-2025.

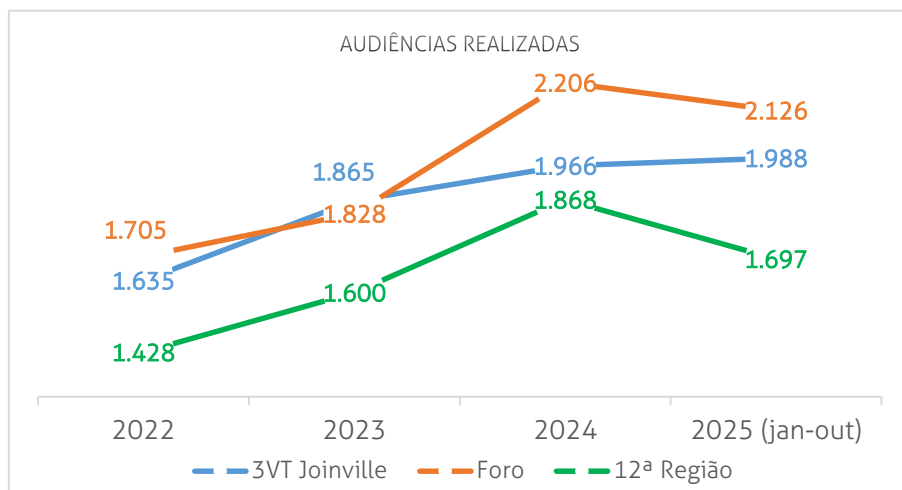
Abaixo, a evolução anual dos prazos de designação de audiências:



Fonte: Atas de Correição dos anos anteriores e [painel Illumina12](#) em 17-11-2025.

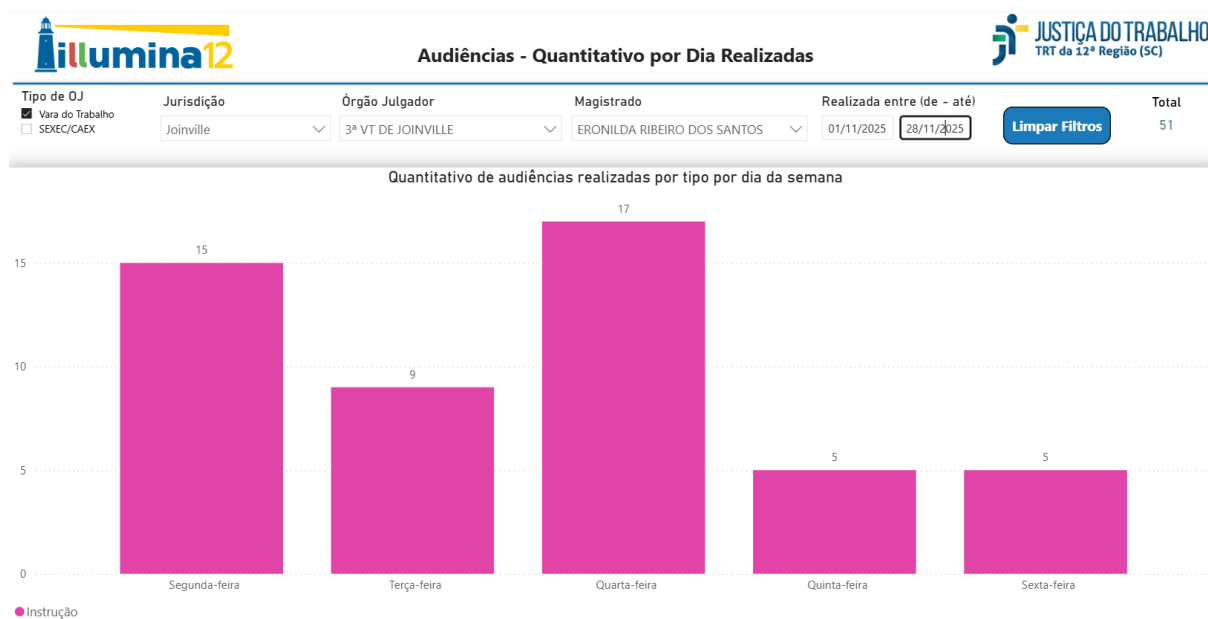
2.1.2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS

O gráfico abaixo apresenta a quantidade de audiências realizadas na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, comparada com as médias do foro do trabalho e da 12ª Região, conforme e-Gestão. Todos os tipos de audiência realizadas na unidade judiciária foram consideradas, exceto as realizadas no Cejusc.

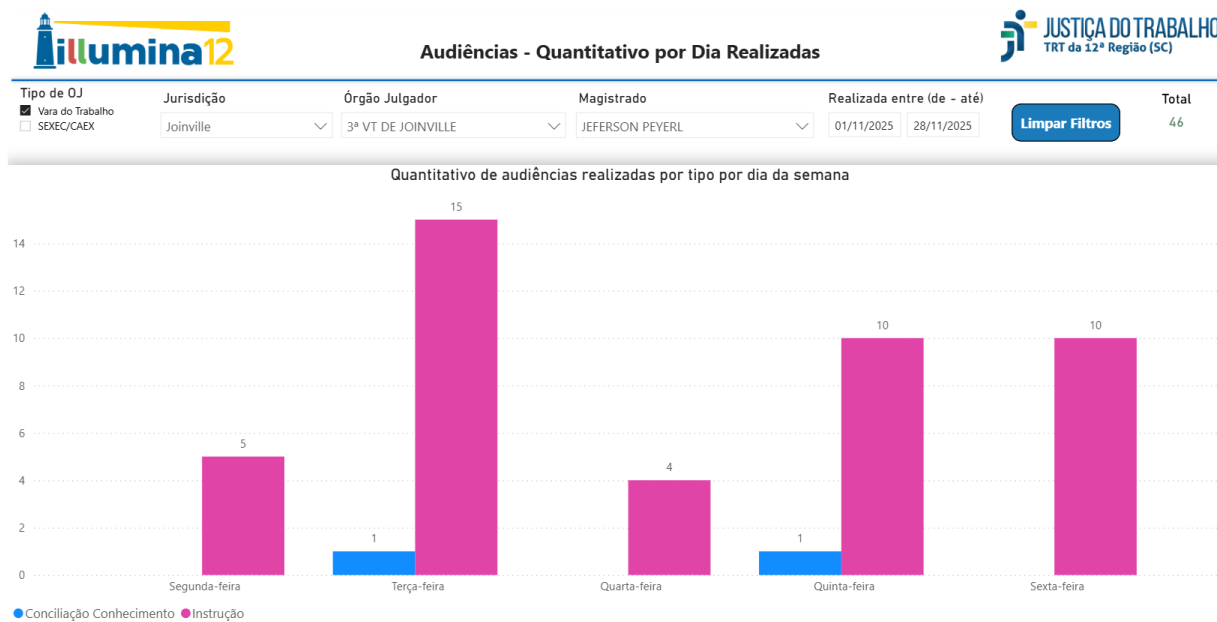


1.988 audiências realizadas neste ano.

Os gráficos abaixo apresentam as quantidades de audiências realizadas por dia da semana, conforme consulta no [painel Illumina12](#):

A) JUÍZA TITULAR

A Exma. Juíza Titular, Eronilda Ribeiro dos Santos, realizou, no período de 1º a 30-11-2025, 51 instruções, na 3ª Vara do Trabalho de Joinville.

B) JUIZ SUBSTITUTO

O Exmo. Juiz Substituto, Jeferson Peyerl, realizou, no período de 1º a 30-11-2025 duas conciliações em conhecimento e 44 instruções, na 3ª Vara do Trabalho de Joinville.

2.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Os gráficos apresentam dados da vara do trabalho, bem como a média das varas do trabalho do foro e a média de todas as varas do trabalho da 12ª Região.

Todos os dados de movimentação processual foram obtidos no e-Gestão.

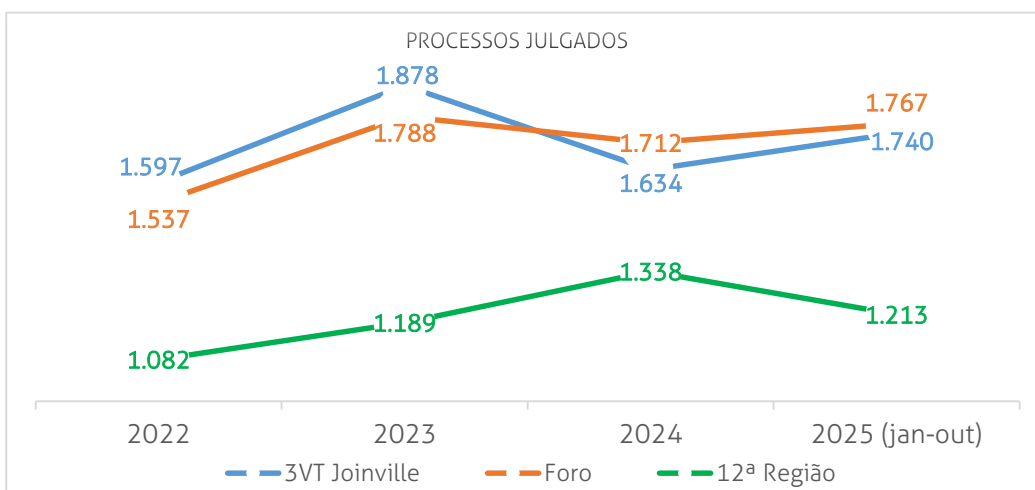
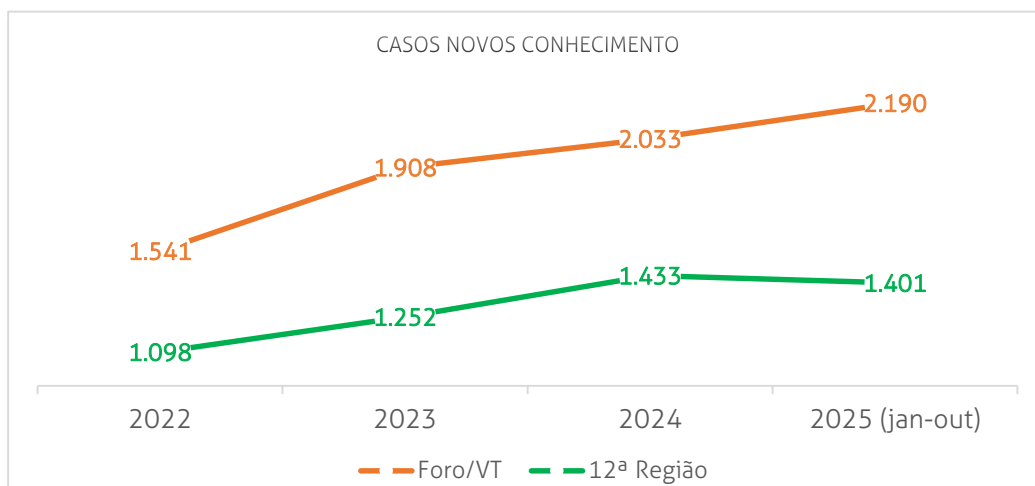
Informações detalhadas sobre a movimentação processual são encontradas na página da Estatística no portal do Tribunal: (<https://portal.trt12.jus.br/estatistica>)

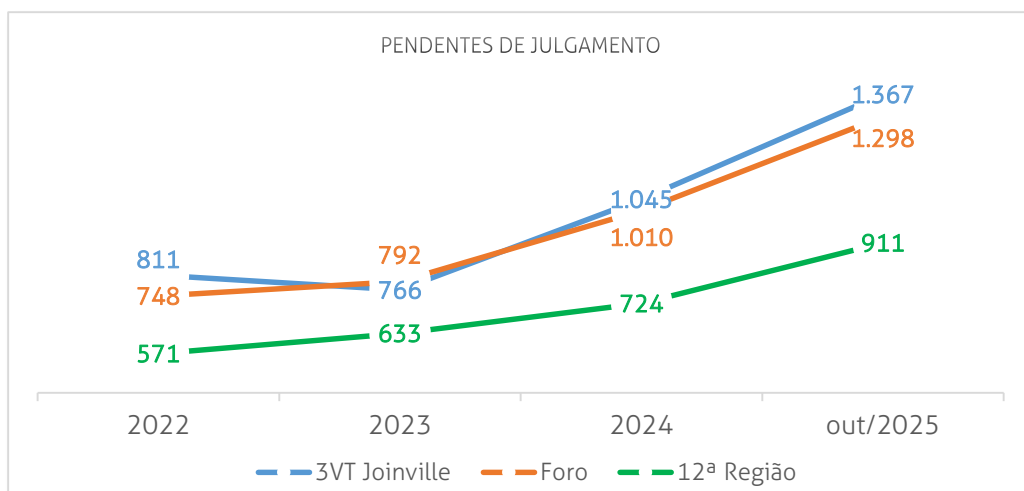


Portal de Estatística

2.2.1. FASE DE CONHECIMENTO

Os gráficos abaixo apresentam as quantidades de casos novos, de processos julgados e de processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, nos últimos quatro anos.





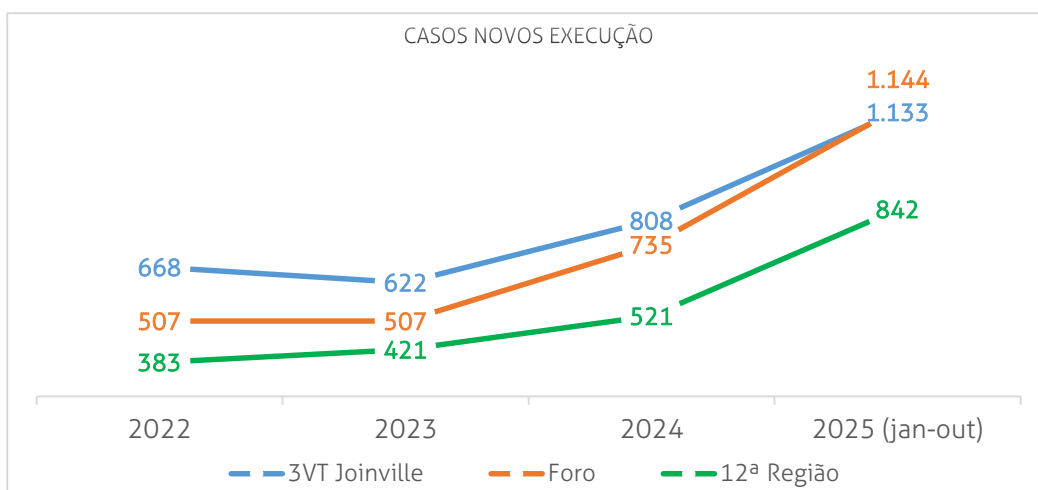
Houve aumento na média de casos novos de conhecimento no foro trabalhista nos últimos anos. Em 2025 (jan-out) está muito superior à média da 12ª Região.

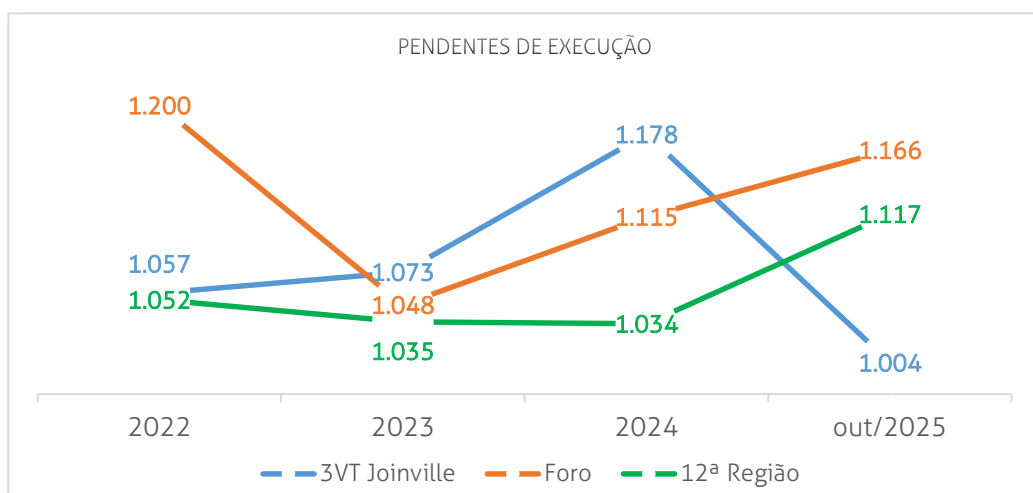
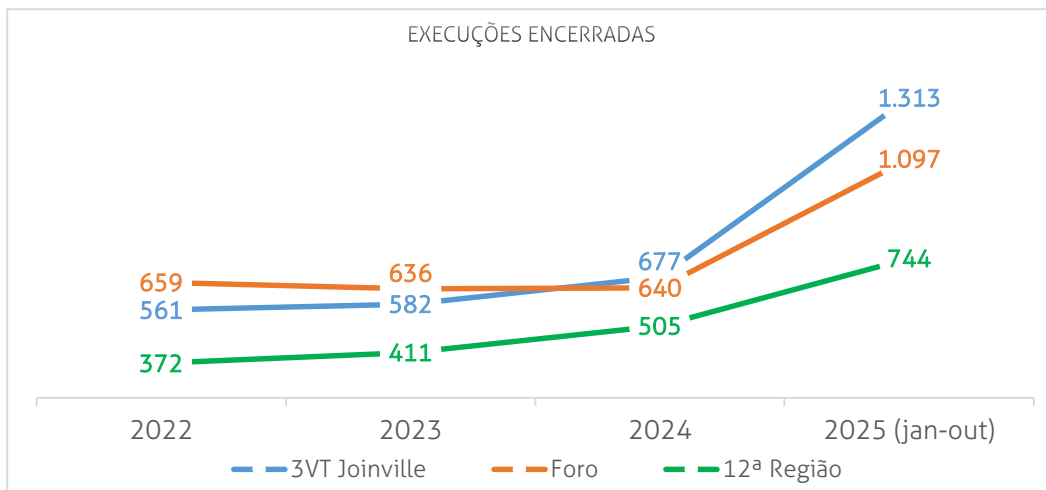
Em relação à quantidade de processos julgados na unidade judiciária, houve aumento nos últimos anos. Em 2025 (jan-out) está superior às médias do foro e da 12ª Região. Apesar disso, a quantidade de processos pendentes de julgamento também aumentou nos últimos anos e está acima das médias do foro e da 12ª Região em 31-10-2025.



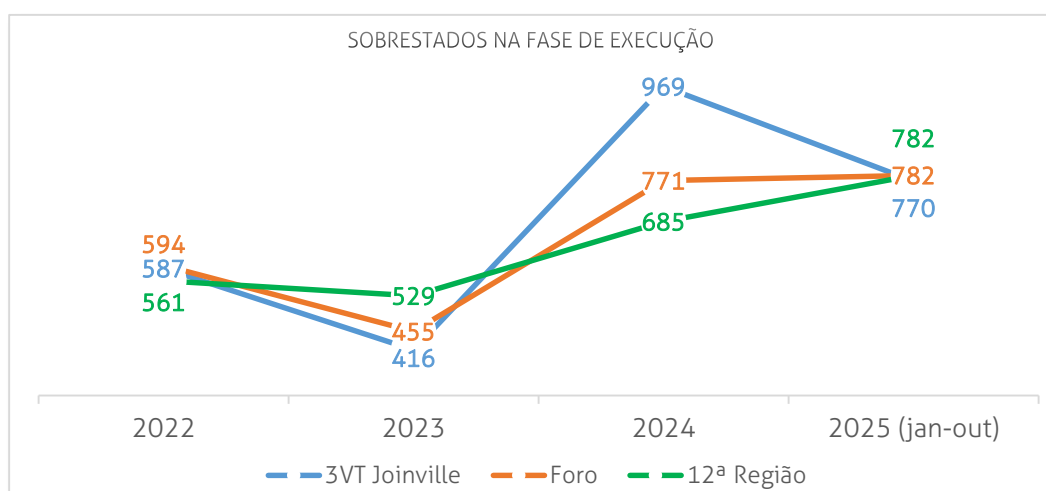
2.2.2. FASE DE EXECUÇÃO

Os gráficos abaixo apresentam as quantidades de casos novos, de execuções encerradas e de processos em tramitação (pendentes) na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, nos últimos quatro anos.





Dos processos pendentes na fase de execução, destaca-se abaixo a soma da quantidade de processos sobrestados:



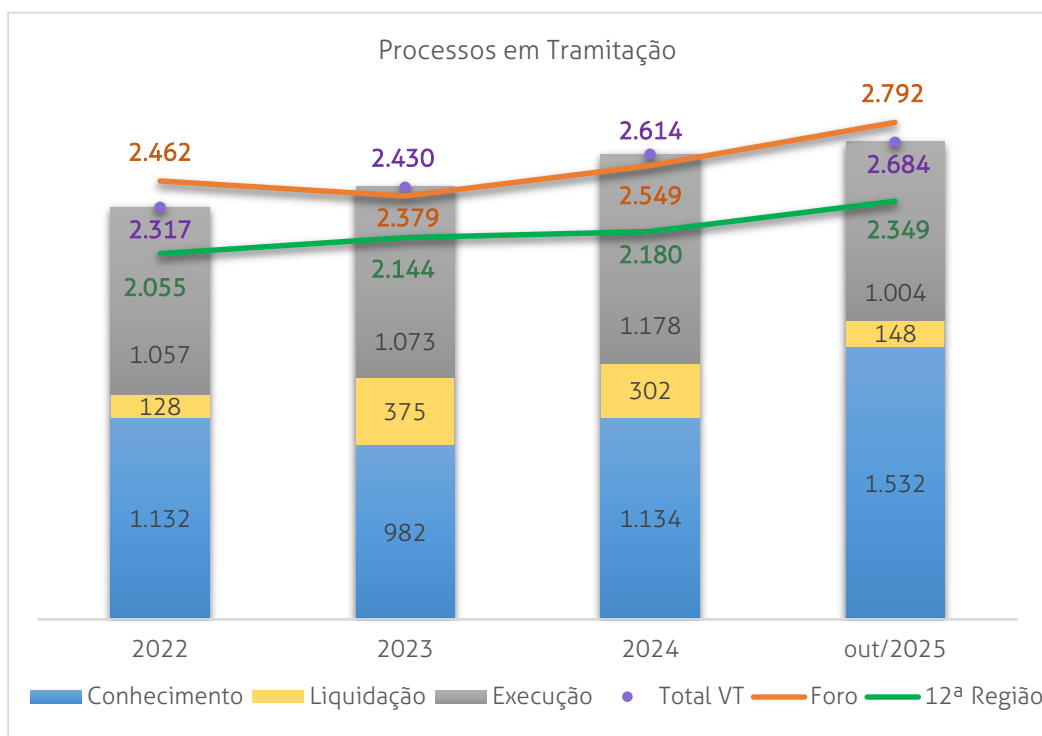
Houve aumento na quantidade de casos novos de execução na vara do trabalho nos últimos anos e a unidade iniciou mais execuções que a média da 12ª Região em 2025 (jan-out).

Em relação à quantidade de execuções encerradas na unidade judiciária, houve aumento nos últimos anos. Em 2025 (jan-out) está superior às médias do foro e da 12ª Região, o que resultou na redução da quantidade de processos pendentes de execução apresentou aumento nos últimos anos. Está out/2025 está inferior às médias do foro e da 12ª Região.



2.2.3. PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

O gráfico abaixo apresenta a quantidade de processos em tramitação em cada fase processual na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, nos últimos quatro anos. Não estão incluídos os processos que tramitam em grau recursal.

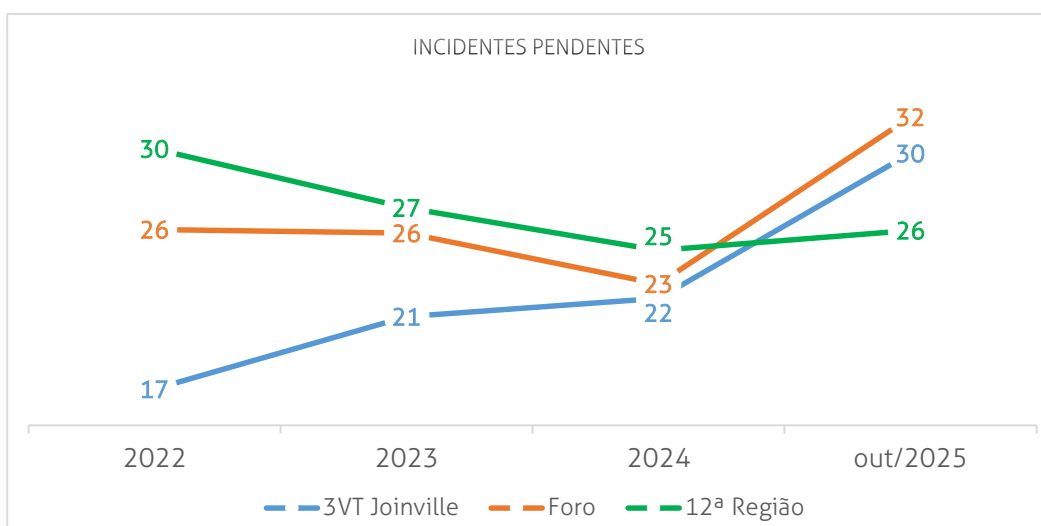
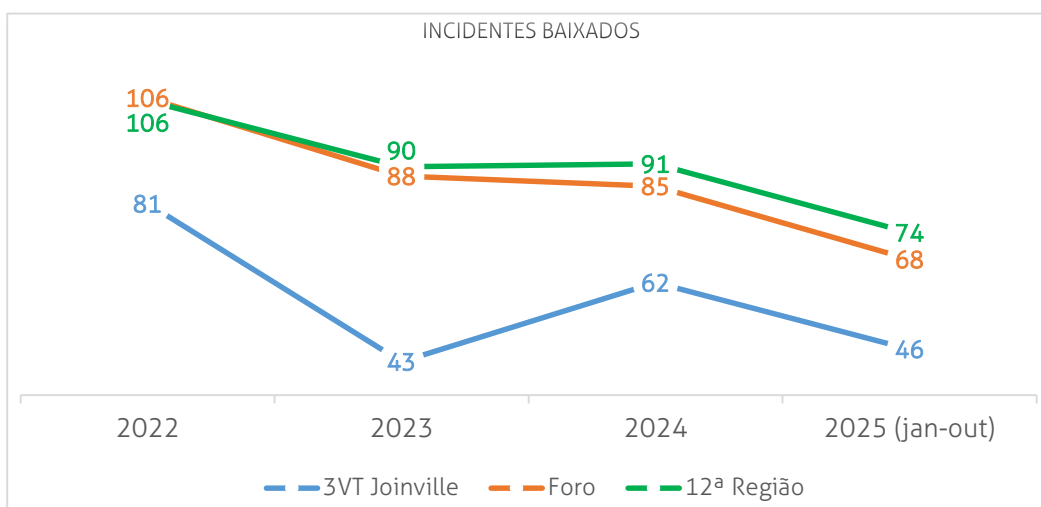
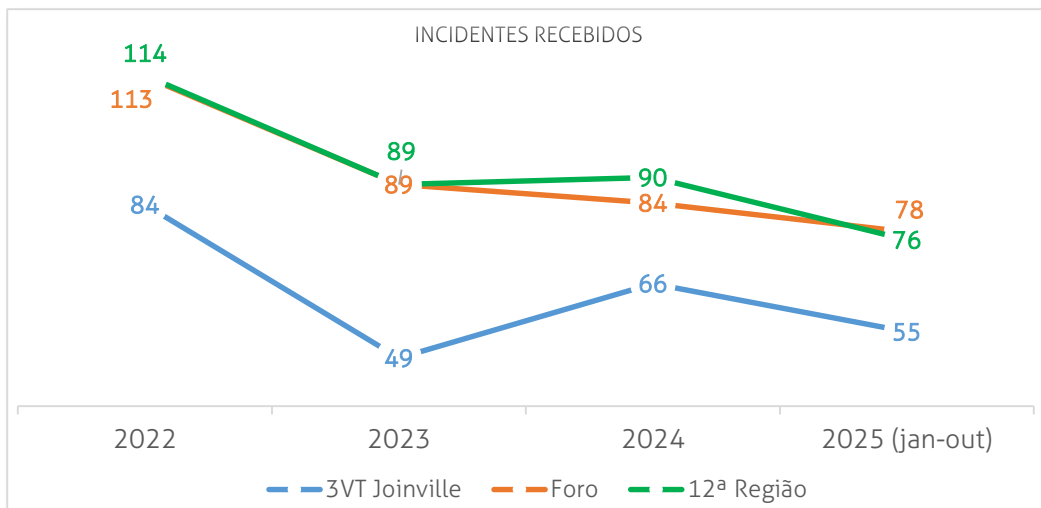


O total de processos em tramitação na unidade, compreendidos os processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento, liquidação e execução, apresentou aumento desde 2022. Em 31-10-2025, está inferior à média do foro e superior à da 12ª Região.



2.2.4. INCIDENTES NA LIQUIDAÇÃO E NA EXECUÇÃO

Os gráficos abaixo apresentam os dados referentes aos incidentes nas fases de liquidação e de execução nos últimos quatro anos.

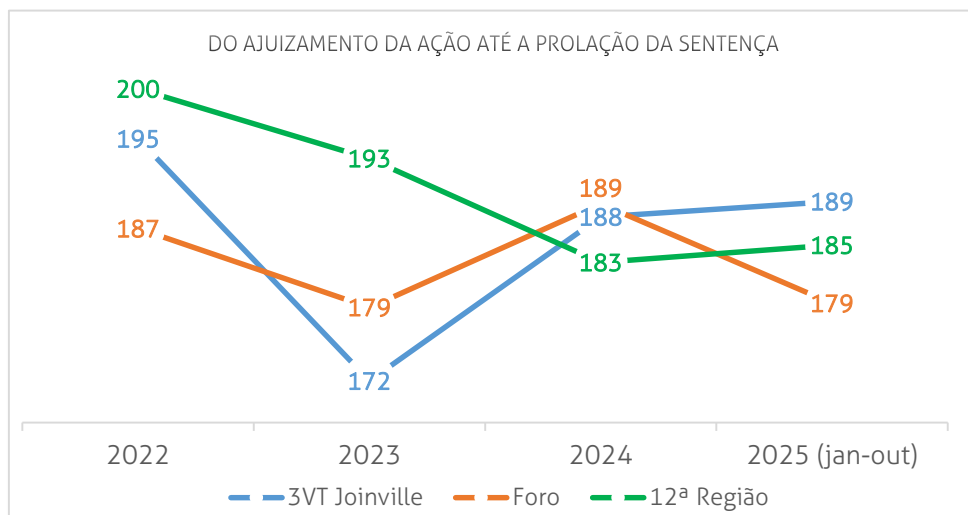


Nos últimos anos, as quantidades de incidentes recebidos e julgados se mantiveram próximas, restando poucos incidentes pendentes.

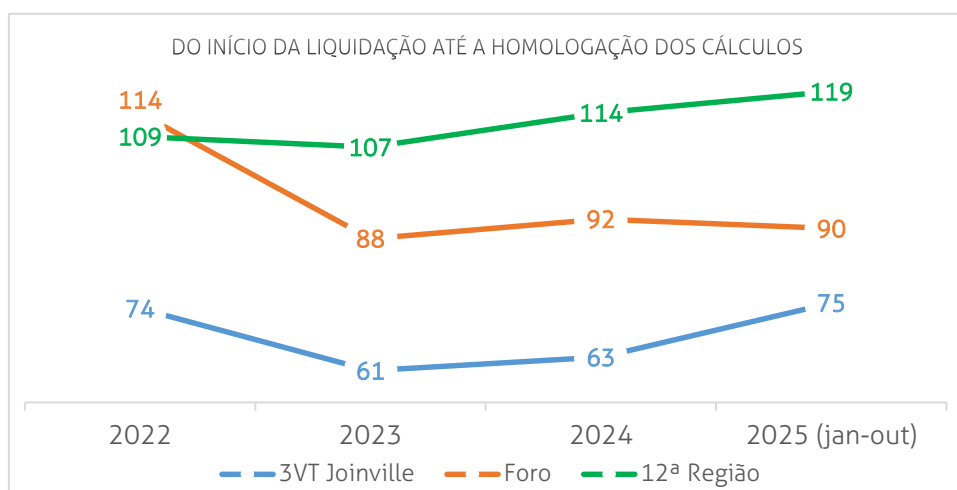


2.2.5. PRAZOS MÉDIOS

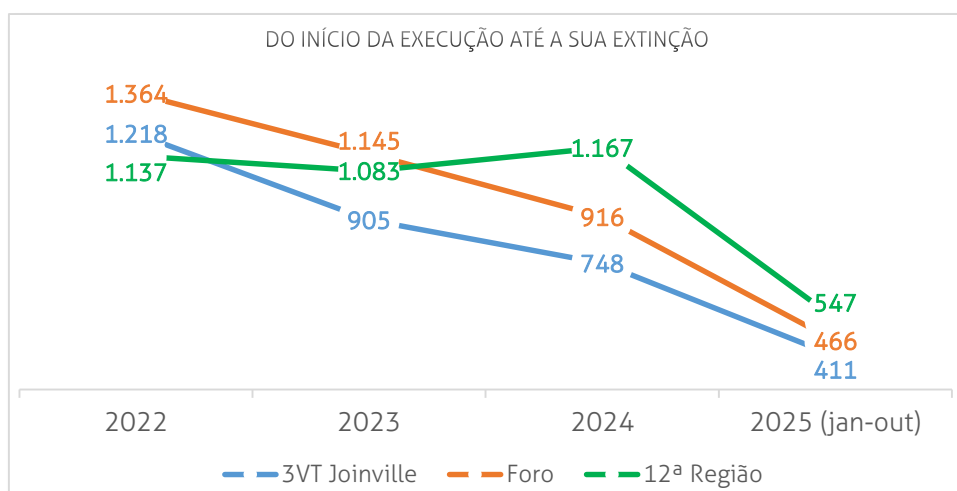
São apresentados abaixo, os principais prazos médios do processo, comparados com as médias do foro do trabalho e da 12ª Região.



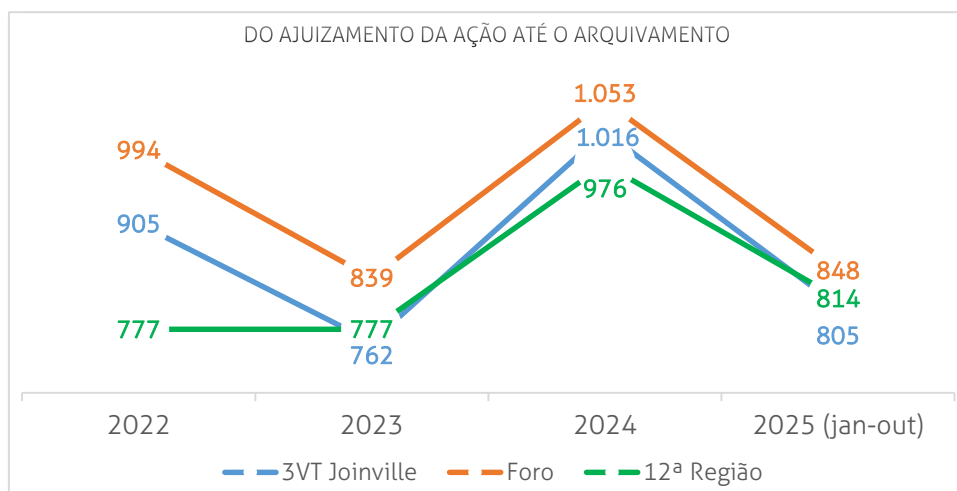
189 dias até a sentença



75 dias para liquidar



411 dias para executar



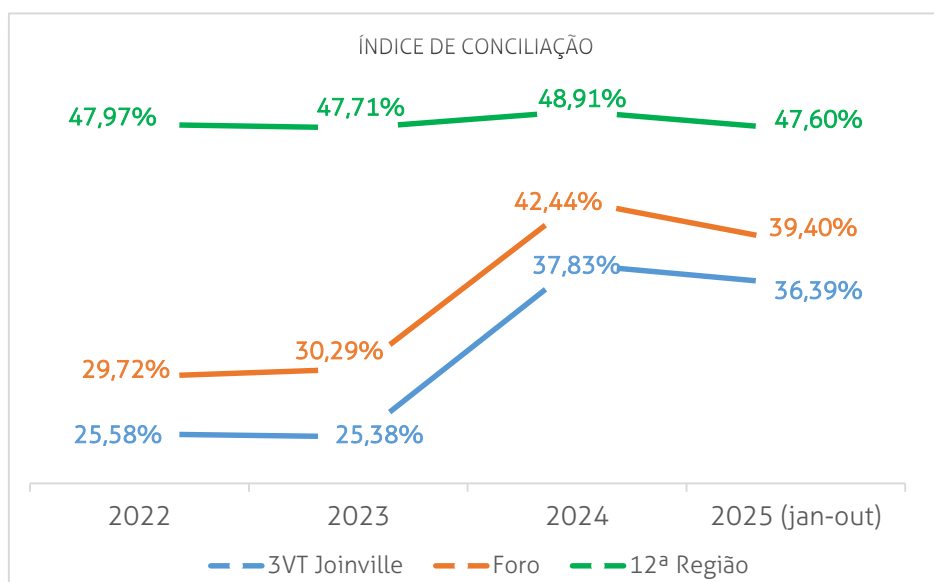
805 dias de duração do processo

Os prazos médios de execução e do ajuizamento até o arquivamento reduziram nos últimos anos, enquanto os prazos para sentença e de liquidação sofreram pouca alteração. Em 2025 (jan-out), a maioria dos prazos médios da unidade está abaixo da média regional, com exceção do prazo para sentença.



2.2.6. ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

O gráfico abaixo apresenta o índice de conciliação na fase de conhecimento na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, nos últimos quatro anos.



36,39% dos processos conciliados

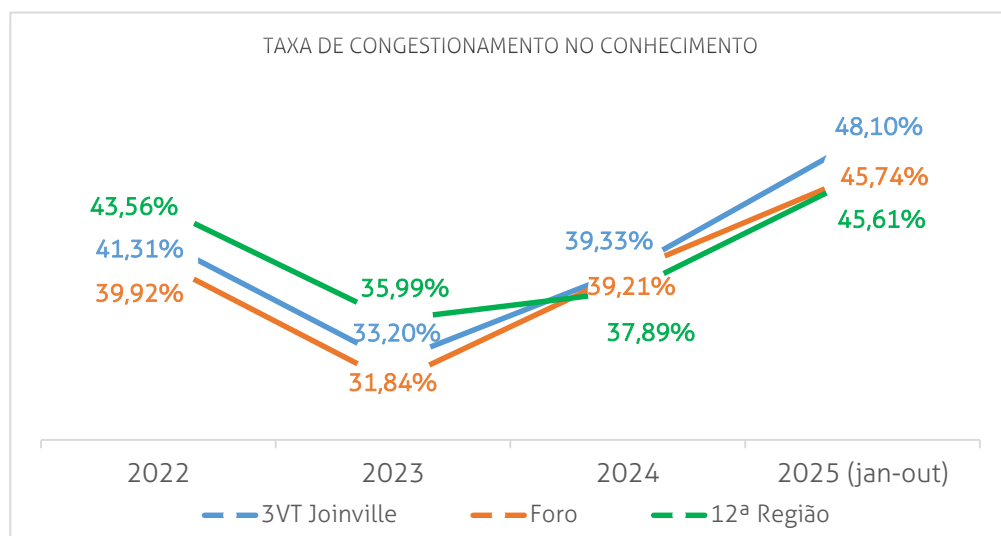
Apesar de o índice de conciliação da unidade ter aumentado nos últimos anos, permanece abaixo da média regional em 2025 (jan-out).



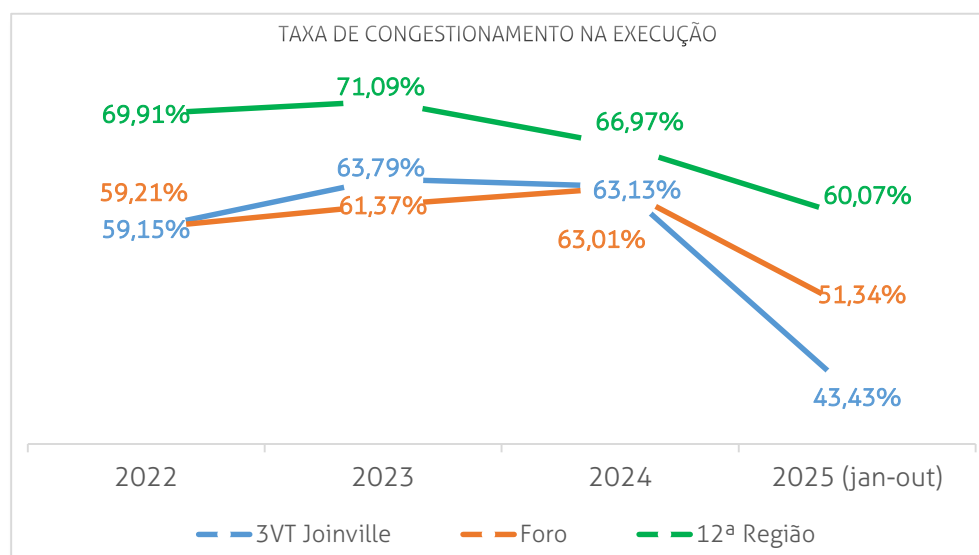
2.2.7. TAXAS DE CONGESTIONAMENTO

Os gráficos abaixo apresentam as taxas de congestionamento nas fases de conhecimento e de execução, na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, nos últimos quatro anos.

Destaca-se que as taxas de congestionamento são maiores no início do ano, próximas a 100%, reduzindo com o passar dos meses.



Apesar da redução nos últimos anos, em 2025 (jan-out) a taxa de congestionamento no conhecimento da unidade está acima da média regional.

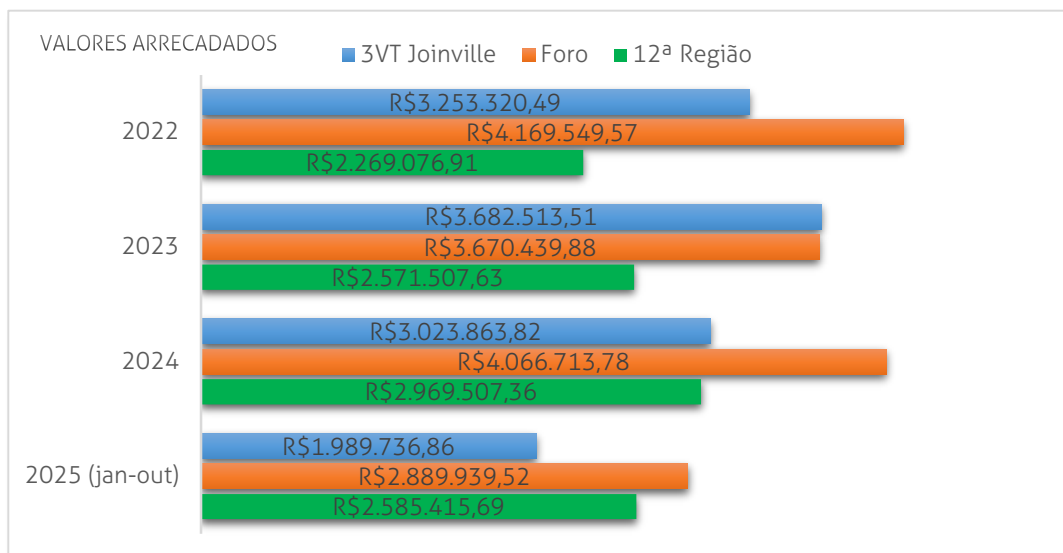


A taxa de congestionamento na execução da unidade reduziu nos últimos anos, e, em 2025 (jan-out), está abaixo da média da 12ª Região.



2.2.8. VALORES ARRECADADOS

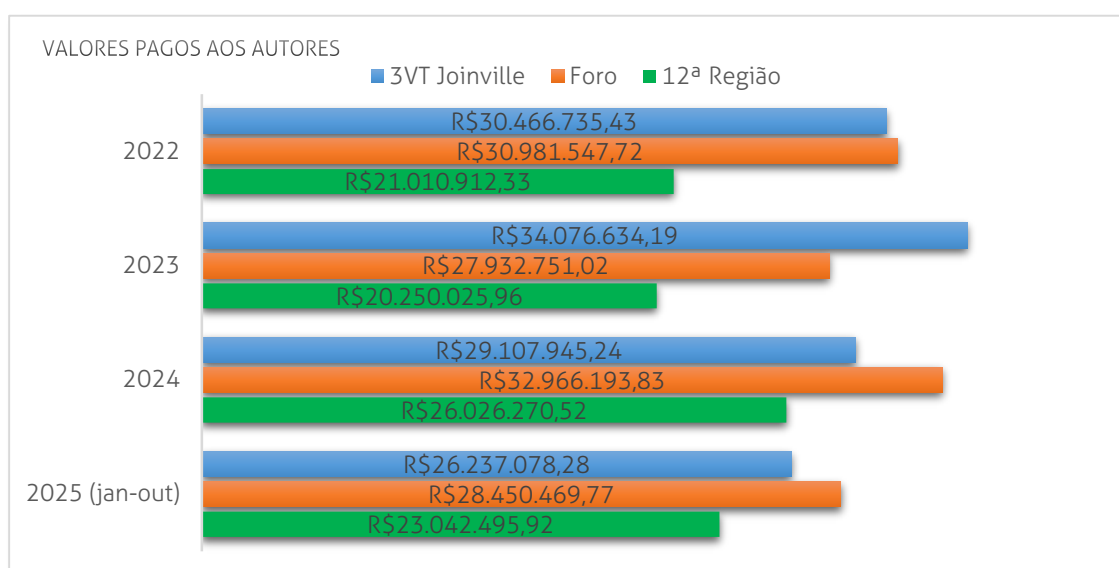
O quadro abaixo apresenta os valores referentes a custas, emolumentos, contribuição previdenciária e imposto de renda arrecadados pela 3ª Vara do Trabalho de Joinville comparados com a média de arrecadação da 12ª Região.



Total arrecadado aos cofres públicos, neste ano, foi de:
R\$1.989.736,86

2.2.9. VALORES PAGOS AOS AUTORES

O quadro abaixo apresenta os valores pagos aos autores pela 3ª Vara do Trabalho de Joinville comparados com a média de arrecadação da 12ª Região.



Total pago aos autores, neste ano, foi de:
R\$26.237.078,28

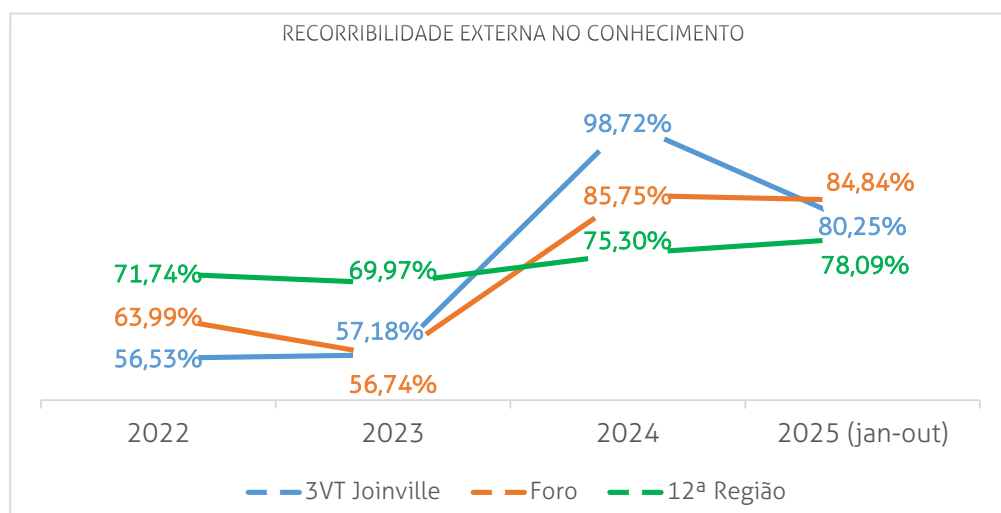
2.2.10. TAXA DE RECORRIBILIDADE

A) EXTERNA

A recorribilidade externa indica a quantidade de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho em relação à quantidade de sentenças que colocam fim à relação processual na fase de conhecimento, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção do processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento.

Destaca-se que a taxa pode ser superior a 100%, em razão da possibilidade de haver mais de um recurso por sentença.

Em 2025 (jan-out) a taxa de recorribilidade externa na fase de conhecimento da unidade foi de **80,25%**, inferior à média do foro, que foi de **84,84%**, e superior à média da 12ª Região, que foi de **78,09%**.

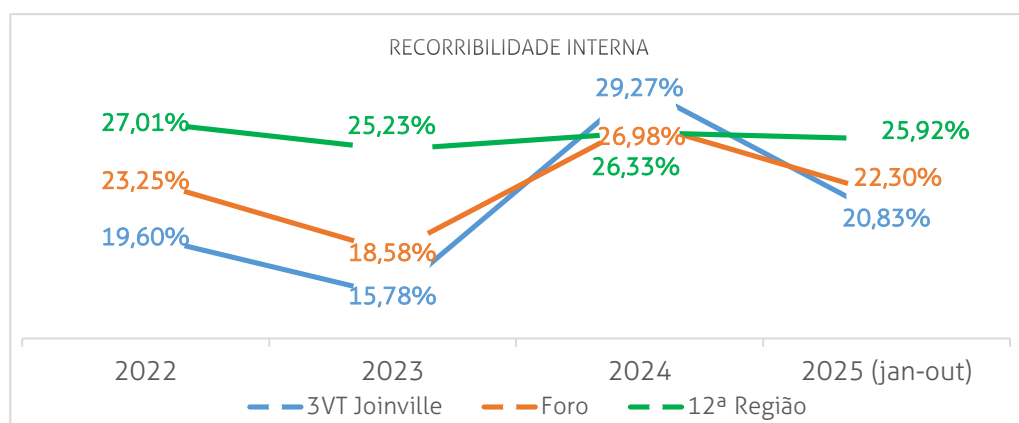


B) INTERNA

A recorribilidade interna indica a quantidade de recursos de embargos de declaração opostos no 1º grau em relação à quantidade de sentenças proferidas nas fases de conhecimento, liquidação e execução.

Considerando que o e-Gestão não disponibiliza informação de fase processual no item relativo aos Embargos de Declaração opostos, a taxa de recorribilidade interna é calculada com base nos processos com sentenças prolatadas na fase de conhecimento e com sentenças que julgam incidentes nas fases de liquidação e execução.

Em 2025 (jan-out) a taxa de recorribilidade interna da unidade foi de **20,83%**, inferior às médias do foro e da 12ª Região, que foram de **22,30%** e **25,92%**, respectivamente.



2.2.11. PRODUÇÃO E PRAZO DE JUÍZES(AS)

A movimentação processual apresentada se refere à produção dos(as) juízes(as) que atuaram em processos da 3ª Vara do Trabalho de Joinville de janeiro a outubro de 2025, inclusive se os atos foram realizados no âmbito de Caex ou de Cejusc.

A) PRAZO MÉDIO PARA JULGAMENTO, PRODUÇÃO DOS(AS) JUÍZES(AS) E PROCESSOS CONCLUSOS PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA

Os quadros abaixo apresentam o prazo médio entre a conclusão e a prolação da sentença, a quantidade de processos julgados, destacando-se, na coluna ao lado a quantidade de acordos homologados em conhecimento, bem como a quantidade de processos conclusos para prolação de sentenças no final do período.

De acordo com o e-Gestão, o prazo médio entre a conclusão e a prolação da sentença é considerado em dias corridos, sem desconto dos afastamentos definidos em normas legais ou regimentais.

Já a coluna referente à quantidade de processos conclusos com prazo vencido considera os processos conclusos há mais de trinta dias úteis, efetuados os devidos descontos.

ANO: 2025

Magistrado(a)	Prazo médio entre a conclusão e a prolação da sentença	Produção		Conclusos para prolação de sentença em 31-07-2025	
		Total julgado	Acordos	Total	Prazo vencido
Eronilda Ribeiro dos Santos (Titular)	42,63	604	151	72	0
Jeferson Peyerl	21,18	865	214	49	2
Eduardo Mussi Dietrich Filho	-	121	105	0	0
Tatiana Sampaio Russi	-	107	90	0	0
Sergio Massaroni	-	18	17	0	0

Dilso Amaral Mattar	-	14	14	0	0
Elton Antônio de Salles Filho	-	7	7	0	0
Ozéas de Castro	-	4	2	0	0

| B) AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Os quadros abaixo apresentam as audiências realizadas por juiz(iza) que atuou em processos da 3ª Vara do Trabalho de Joinville, inclusive se a audiência foi realizada no âmbito de Caex ou de Cejusc.

ANO: 2025

Magistrado(a)	Audiências Realizadas							Total
	Una	Inicial	Instrução e julgamento	Encerramento	Inq. de testemunha	Conhecimento	Execução	
Eronilda Ribeiro dos Santos (Titular)	0	16	436	0	0	5	2	459
Jeferson Peyerl	0	9	510	0	0	2	2	523
Eduardo Mussi Dietrich Filho	0	353	0	0	0	59	11	423
Tatiana Sampaio Russi	0	293	0	0	0	61	15	369
Sergio Massaroni	0	98	0	0	0	7	8	113
Dilso Amaral Mattar	0	31	0	0	0	7	5	43
Elton Antônio de Salles Filho	0	35	0	0	0	1	4	40
Ozéas de Castro	0	17	0	0	0	1	0	18

| 2.3. ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO - IGEST

Índice que sintetiza diversas informações das varas do trabalho em um único indicador, objetivando retratar o desempenho das unidades.



Para tanto, são utilizados vários indicadores processuais, como taxa de congestionamento, prazos e produtividade, e de pessoal, como servidores em atividade, para se obter a melhor visão de desempenho.



O indicador varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, melhor é a situação geral da unidade.



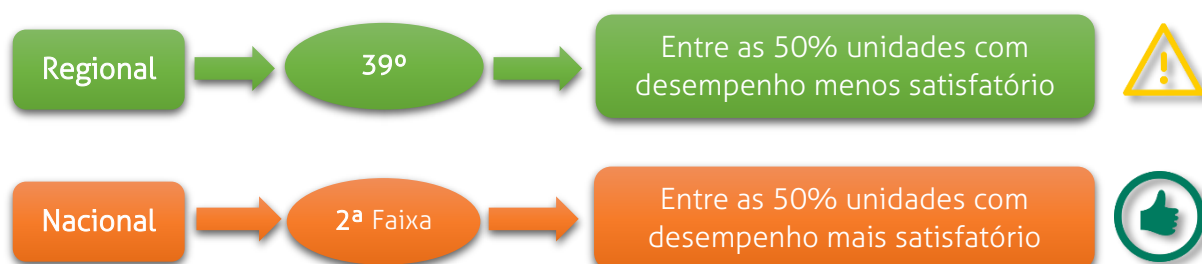
Painel disponibilizado pela Corregedoria Regional para acompanhamento.

Os dados do IGEST são obtidos no e-Gestão.



A 3ª Vara do Trabalho de Joinville, considerando o período de 1º-10-24 até 30-09-25, apresentou o IGEST, no comparativo regional, de **0,5159**, que indica que a unidade está na **39ª** posição na Região, ou seja, na **3ª Faixa**. No comparativo nacional, que não há classificação por posição, mas por faixa, está na **2ª Faixa** entre 1.572 Varas do Trabalho.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho classifica as varas do trabalho por faixas, que são 4, distribuindo na 1ª faixa as 25% com melhor desempenho e assim por diante.



No quadro abaixo, identificam-se os mesoindicadores que compõem o IGEST:

Acervo	Celeridade	Produtividade	Congestionamento Processual	Força de Trabalho
0,6548	0,4691	0,5724	0,4662	0,4171

Os seguintes indicadores são os que mais **influenciaram negativamente** (índice acima de 0,5 e pior que a média):

Para facilitar a comparação da evolução de cada um desses indicadores, constam abaixo também os índices e valores do levantamento realizado no mesmo período do ano anterior:

Indicador	1º-10-23 até 30-09-24		1º-10-24 até 30-09-25	
	Índice	Valor	Índice	Valor
Pendentes	0,5953	2.546	0,5863	2.642
Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido	0,0000	0,00	1,0000	0,79
Prazo Médio na Fase de Conhecimento	0,4551	174	0,5076	186
Taxa de Conciliação	0,8328	33,85	0,7391	38,26
Taxa de Solução	0,6363	84,85	0,7796	77,04
Taxa de Congestionamento no Conhecimento	0,5252	37,84	0,6060	44,18
Pendentes por Servidor	0,5257	231	0,5094	240



Pendentes: A unidade possuía, em 30-09-25, 2.642 processos pendentes de baixa (1.502 em conhecimento e 1.140 em cumprimento de sentença), enquanto a média da 12ª Região é de 2.305 processos.



Taxa de conclusos com o prazo vencido: Esta taxa representa a relação entre a quantidade de processos conclusos para sentença e a quantidade de conclusos com o prazo vencido. As(os) magistradas(os) possuíam 126 processos conclusos para sentença em 30-09-25, e destes, 1 estavam com o prazo vencido, representando uma taxa de 0,79%.



Prazo médio na fase de conhecimento: O prazo médio na fase de conhecimento da unidade foi de 186 dias, enquanto a média da 12ª região foi de 179 dias.



Taxa de conciliação: Esta taxa representa a relação entre a quantidade de processos conciliados e a de processos solucionados, excluídos os solucionados por desistência, por arquivamento ou por declaração de incompetência. A taxa da unidade foi de 38,26%, menor que a média da 12ª Região, que foi de 49,74%. Foram conciliados 717 processos dos 1.874 solucionados de 1º-10-24 até 30-09-25.



Taxa de solução: Relação entre a quantidade de processos solucionados e a de recebidos. A taxa da unidade foi de 77,04%, menor que a média da 12ª Região, que foi de 86,22%. Foram solucionados 1.976 processos, tendo sido recebidos 2.565 no período de 1º-10-24 até 30-09-25.



Taxa de congestionamento no conhecimento: Esta taxa representa os processos represados na fase de conhecimento. A taxa da unidade foi de 44,18%, maior que a média da 12ª Região, que foi de 41,46%. Foram baixados 1.898 processos de conhecimento no período de 1º-10-24 até 30-09-25, restando pendentes 1.502 em 30-09-25.



Pendentes por servidor: Este indicador mede a quantidade de processos pendentes nas fases de conhecimento e de cumprimento de sentença pela quantidade de servidores lotados no último dia do período. A quantidade de pendentes por servidor da unidade foi de 240, maior que a média da 12ª Região, que foi de 231. A unidade possuía, em 30-09-25, 1.502 processos em conhecimento e 1.140 processos em cumprimento de sentença, enquanto havia 11 servidores lotados.



Para uma melhora no índice, os(as) magistrados(as) devem aumentar a quantidade de acordos, sem reduzir a quantidade de sentenças, priorizando os processos mais antigos, bem como evitar manter processos conclusos além do prazo legal. Devem também buscar reduzir o prazo médio da fase de conhecimento. Isto pode ser feito aumentando a quantidade de instruções pautadas por semana, reduzindo o prazo de designação de audiências, e mantendo o processo na pauta enquanto aguarda a realização de perícia.

O seguinte indicador influenciou positivamente (índice abaixo de 0,3):



Taxa de extinção: Esta taxa mede a relação entre a quantidade de processos extintos na fase de cumprimento da sentença e de processos com o cumprimento de sentença iniciado. A taxa da unidade foi de 125,53%, maior que a média da 12ª Região, que foi de 100%. Foram extintos 1.652 processos em cumprimento de sentença no período de 1º-10-24 até 30-09-25, tendo sido iniciados 1.316.

Abaixo, os gráficos de evolução do IGEST:



2.4. METAS TRT-SC

Abaixo, apresenta-se o desempenho da 3ª Vara do Trabalho de Joinville em cada meta instituída pelo TRT-SC no planejamento estratégico atual, referente aos anos de 2024 e de 2025 até 25-11-2025.

Mais detalhes sobre as metas podem ser encontrados na página da Secretaria de Gestão Estratégica deste Regional:

- <https://portal.trt12.jus.br/node/11126>

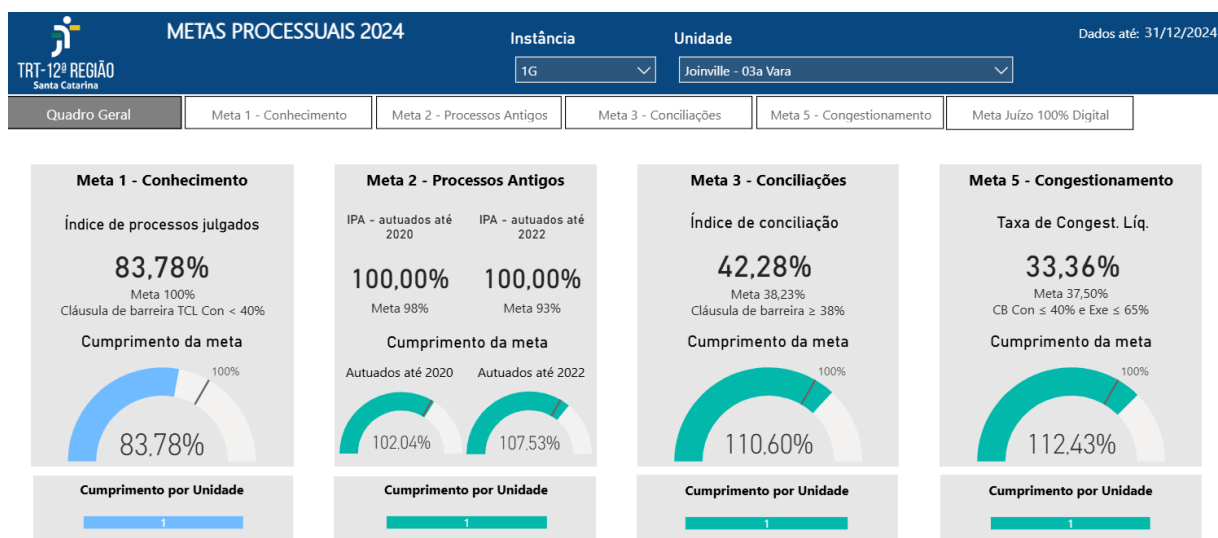


Metas
Estratégicas

2.4.1. METAS 2024

A 3ª Vara do Trabalho de Joinville cumpriu todas as metas de 2024, os resultados obtidos são apresentados a seguir:

Meta	Descrição
Meta 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
Meta 2 parte 1	Julgar ao menos 98% dos processos autuados até 31-12-2020.
Meta 2 parte 2	Julgar ao menos 93% dos processos autuados até 31-12-2022.
Meta 3	Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.
Meta 5	Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023, ou ter as taxas de congestionamento líquida, no conhecimento, menor ou igual a 40% e, na execução, menor ou igual a 65%, condições estas definidas como cláusula de barreira (CB).
100% Digital	80% dos processos devem tramitar pelo processo 100% Digital.



Meta	Percentual	Resultado
100% Digital	94,59%	Cumprida

■ Meta atingida pelo grau de cumprimento ■ Meta atingida pela cláusula de barreira ■ Meta não atingida

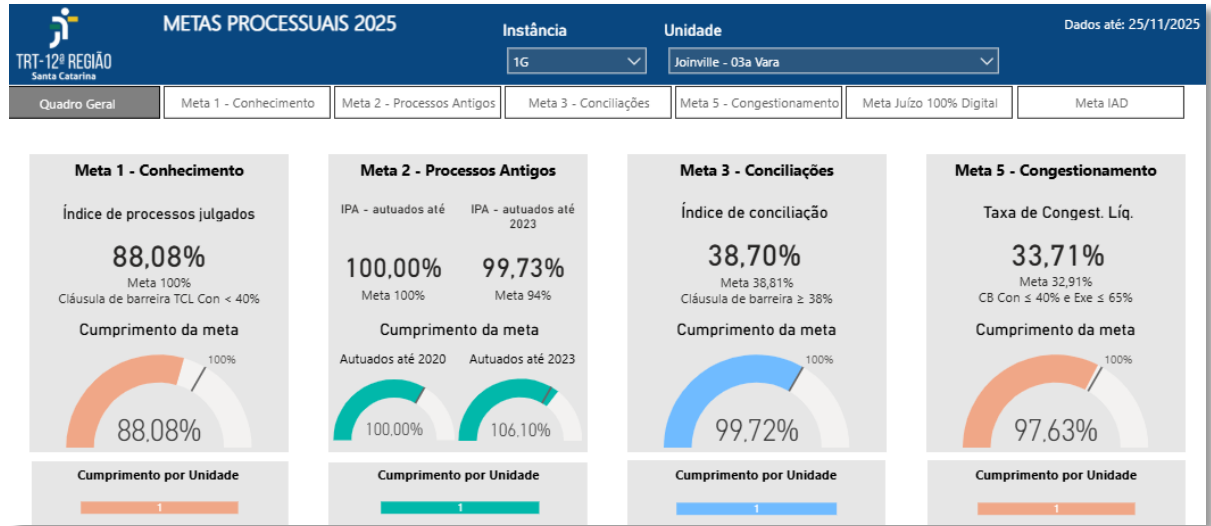
2.4.2. METAS 2025

Não obstante o cumprimento das metas ser verificado no final do ano, é possível acompanhar a evolução da meta mensalmente, conforme apresentado a seguir:

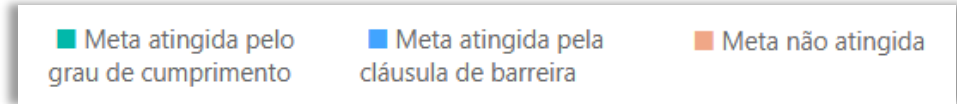
Meta	Descrição
Meta 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20-12-2024 a 19-12-2025 ou, como cláusula de barreira, ter a TCL, no conhecimento, menor que 40%.
Meta 2 parte 1	Julgar, até 31-12-2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31-12-2023.
Meta 2 parte 2	Julgar, até 31-12-2025, 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.
Meta 3	Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.
Meta 5	Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024, ou ter as taxas de congestionamento líquida, no conhecimento, menor ou igual a 40% e, na execução, menor ou igual a 65%, condições estas definidas como cláusula de barreira (CB).
100% Digital	85% dos processos devem tramitar pelo processo 100% Digital.
IAD	Baixar quantidade maior de processos do que os distribuídos no período (de 1º-8-2024 a 2025).

2.4.2.1. RESUMO - METAS 2025

Os resultados apresentados são parciais, até a data de 25-11-2025:



Meta	Percentual	Resultado
100% Digital	96,36%	Cumprida
IAD	95,58%	Não cumprida



2.4.2.2. DETALHAMENTO – METAS 2025

A) META 1 - CONHECIMENTO

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20-12-2024 a 19-12-2025 ou, como cláusula de barreira, ter a TCL, no conhecimento, menor que 40%.



O resultado parcial quanto ao cumprimento da meta de conhecimento da 3ª Vara do Trabalho de Joinville foi de **88,08%**.

Unidade judiciária	Meta de julgamento*	Julgados	Índice de processos julgados	TCL conhec. (%) – CB	Saldo para cumprimento da meta
3ª Vara do Trabalho de Joinville	2.190	1.929	169	88,08%	261

* Meta de julgamento = Distribuídos + entraram na meta (dessobrestados ou recebidos por redistribuição) – saíram da meta (sobrestados ou remetidos para outra unidade) + 1.

B) META 2 – PROCESSOS ANTIGOS

Parte 1 - Julgar, até 31-12-2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31-12-2023.



O resultado parcial quanto ao cumprimento da meta de processos antigos da 3ª Vara do Trabalho de Joinville, parte 1, foi de **106,10%** em relação aos autuados até 31-12-2023.

Unidade (Procs. Autuados até 2023)	Meta de julgamento	Julgados	% de julgamento	% de cumprimento	Saldo para cumprimento da meta
3ª Vara do Trabalho de Joinville	706	749	99,73%	106,10%	-44

Parte 2 - Julgar, até 31-12-2025, 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.



O resultado quanto ao cumprimento da meta de processos antigos da 3ª Vara do Trabalho de Joinville, parte 2, foi de **100%** em relação aos autuados até 31-12-2020.

Unidade (Procs. Autuados até 2020)	% de cumprimento	Saldo para cumprimento da meta
3ª Vara do Trabalho de Joinville	100%	0

| C) META 3 - CONCILIAÇÕES

Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.



O resultado parcial quanto ao cumprimento da meta de conciliações da 3ª Vara do Trabalho de Joinville foi de **99,72%.***

Unidade judiciária	Conciliados	Solucio- nados	Alvo da meta (%)	Índice de conciliação (%) - CB	Grau de cumpri- mento (%)	Saldo
3ª Vara do Trabalho de Joinville	659	1.703	38,81%	38,70%	99,72%	2

*Atingida pela cláusula de barreira (CB).

| D) META 5 - CONGESTIONAMENTO

Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024, ou ter as taxas de congestionamento líquida, no conhecimento, menor ou igual a 40% e, na execução, menor ou igual a 65%, condições estas definidas como cláusula de barreira (CB).



O resultado parcial quanto ao cumprimento da meta de congestionamento da 3ª Vara do Trabalho de Joinville foi de **97,63%.**

Unidade judiciária	Baixados nos últimos 12 meses	Pendentes de baixa	Suspen- sos	Alvo da meta (%)	Taxa de Congest. Líquida (%) - CB	Grau de cumpri- mento (%)	Saldo
3ª Vara do Trabalho de Joinville	3.696	2.656	776	32,91%	33,71%	97,63%	45

| E) META JUÍZO 100% DIGITAL

85% dos processos devem tramitar pelo processo 100% Digital.



O resultado parcial quanto ao cumprimento da meta é de **96,36%** dos processos tramitando no Juízo 100% Digital.

Unidade judiciária	Acervo 100% Digital	Acervo da unidade	Percentual
3ª Vara do Trabalho de Joinville	2.677	2.778	96,36%

F) ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - IAD

Baixar quantidade maior de processos do que os distribuídos no período (de 01-08-2024 a 31-07-2025).



O resultado parcial quanto ao cumprimento da meta é de **95,58%**.

Unidade judiciária	Casos Novos	Redist. entrada	Redist. saída	Baixa-dos	IAD (%)	Saldo para IAD
3ª Vara do Trabalho de Joinville	1.340	402	410	1.255	95,58%	77

3. CORREIÇÃO ANTERIOR

Conforme subitem 4.5.1 da ata da correção ordinária realizada na unidade em 2024, PJeCor CorOrd nº 0000147-32.2024.2.00.0512, durante a correção anterior verificou-se o cumprimento parcial das determinações específicas cujo prazo decorreu até a correção anterior.



No subitem 8.1 da ata da correção anterior constou que:

A unidade deverá comunicar à Corregedoria Regional, por meio do PJeCor, **no prazo de 45 dias corridos**, a contar a partir da ciência desta ata dada por qualquer procurador/gestor da unidade ou automaticamente pelo sistema:

- I. o cumprimento das determinações específicas, conforme subitem 5.1 desta ata; e
- II. a observação da recomendação reiterada e das recomendações específicas, conforme subitens 6.1 e 6.2 desta ata.

No PJeCor acima citado, ID 5249624 a 3ª Vara do Trabalho de Joinville informou que a unidade continuará cumprindo as determinações e recomendações da ata de correção, e que vai continuar envidando esforços para cumprimento das determinações do Projeto Garimpo, e, quanto ao item 5.1.III, sugere a exclusão dos finais de semana e feriados da contagem dos prazos para designação das audiências.

Em 06-02-2025 (ID 5480579), a Secretaria da Corregedoria verificou que:

- a determinação 4.5.1, relativa à certidão de sobrestamento, não foi cumprida;
- a determinação 4.5.1.II, quanto à admissibilidade dos recursos, não foi cumprida;
- 5.1.II, referente à designação de 24 instruções quando houver dois(duas) juízes(as) atuando concomitantemente, foi parcialmente cumprida;
- 5.1.V, para constar na ata a indicação do tempo dos temas, não foi cumprida;

E a recomendação reiterada 6.1.I, para observar o mínimo de 25% sentenças liquidadas, não foi observada.

Ante o constatado, o Exmo. Corregedor determinou que a unidade, no prazo de 15 dias:

- apresentasse plano de trabalho para reduzir o prazo da pauta de instruções;
- incluísse, no prazo de 30 dias corridos, a certidão de que trata o art. 148 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional;
- fizesse o controle da admissibilidade dos recursos;
- passasse a indicar a minutagem por tema; e
- envidasse esforços para prolatar, ao menos, 25% das sentenças liquidadas.

Em 21-02-2025 (ID 5571847), a Juíza Titular apresentou o plano de trabalho e as respostas referentes às determinações.

O Exmo. Corregedor determinou a manutenção do congelamento da pauta em julho de 2025, e determinou aguardar até 20-05-2025 acerca do cumprimento do Garimpo, após, cumpridas as determinações, determinou arquivar.

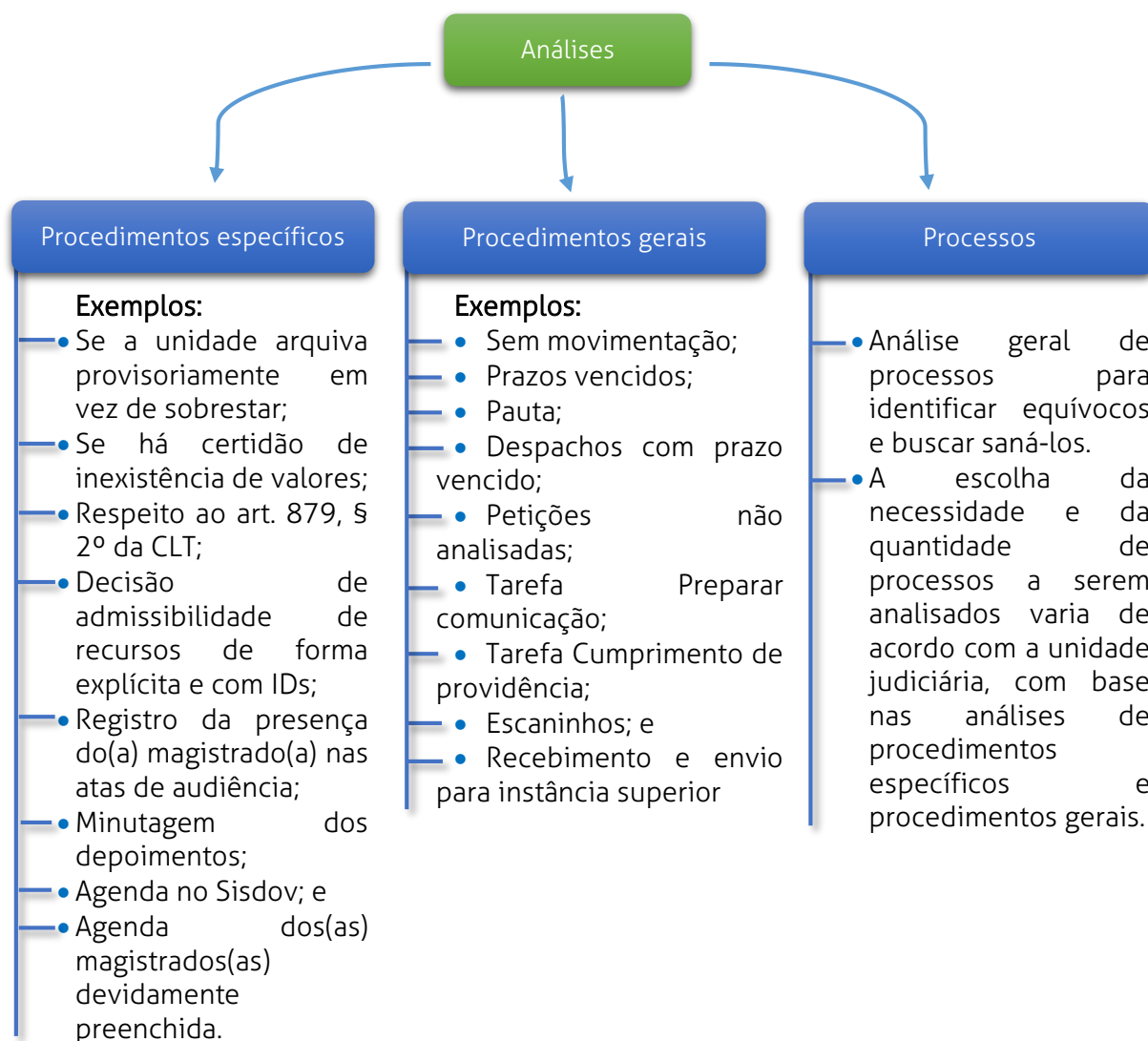
Houve nova manifestação da unidade em 20-05-2025 (ID 5967431), informando os esforços para cumprir as determinações.

O Exmo. Corregedor recomendou que a unidade envidasse esforços para concluir o Projeto Garimpo e que, no prazo de 15 dias, fossem designadas audiências para os 64 processos aptos à inclusão em pauta.

A Secretaria da Corregedoria, em 1º-7-2025 (ID 6170713), constatou redução dos processos à margem da pauta, e também que, considerando a média de outras varas do mesmo porte, a unidade estava dentro dos parâmetros aceitáveis para o regional e encaminhou o PJeCor ao arquivo definitivo.

4. ANÁLISES E OBSERVAÇÕES

As análises para a correição são realizadas de diversas formas. São analisados procedimentos específicos, procedimentos gerais, ambos por meio das tarefas do PJe e do Illumina12, e processos individualmente, se necessário.



4.1. PROCESSOS ANALISADOS NA CORREIÇÃO

Além da auditoria de contas nos processos do [subitem 4.4, "A"](#) desta ata e dos procedimentos verificados por meio da análise de tarefas, GIGS e outras ferramentas do PJe, não foram analisados processos específicos nesta correição.

4.2. CONSTATAÇÕES

4.2.1. ART. 32 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT

O art. 32 da [Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho](#) determina que o Corregedor-Regional realize correição ordinária anual nas varas do trabalho, cabendo-lhe examinar algumas informações.

Com base na análise dos processos e relatórios da unidade judiciária, e das informações prestadas pela direção de secretaria, constatou-se o seguinte:

I) há a observância das diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme previsto na [Consolidação dos Provimentos da CGJT](#) (art. 102).



II) a frequência do comparecimento da juíza titular e do juiz substituto na sede do juízo está informada no [subitem 1.1.2](#) desta ata.

III) a quantidade de dias da semana em que se realizam audiências está informada no [subitem 2.1](#) da presente ata.

IV) os prazos da vara do trabalho relativos às audiências iniciais e de instrução são informados no [subitem 2.1.1](#) e demais prazos no [subitem 2.2.5](#); a quantidade de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução são informados, respectivamente, nos subitens [2.2.1](#) e [2.2.4](#) desta ata.

V) foram examinados, por amostragem, processos na fase de execução, para averiguar o cumprimento das diretrizes da [Consolidação dos Provimentos da CGJT](#), conforme [subitem 4.5](#) desta ata.

VI) magistrados(as) e servidores foram orientados acerca da regular utilização da ferramenta eletrônica [Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI-VT](#) na tramitação dos processos.

4.2.2. CONSTATAÇÕES GERAIS

Destacam-se, abaixo, outras constatações:

I) a direção de secretaria informou no questionário que está impulsionando os processos em dois dias após o decurso dos prazos. Durante a correição, no dia 1º-12-2025, não havia processos na tarefa "Prazos vencidos". No GIGS, no relatório de prazos vencidos, havia processos desde 28-11-2025, 1 dia útil.

II) em 6-11-2025 havia **173** processos fora de pauta, conforme verificado no [painel Illumina12](#).

A direção de secretaria informou que: Uma parte aguardando perícias ou outras providências. Outros processos que estão aptos estão aguardando inclusão para a realização de pautas temáticas e pautas duplas.

III) a remessa dos processos ao Cejusc é precedida de certidão ou despacho.



IV) de acordo com o e-Gestão, em 2025 (jan-out) foram prolatadas 49 sentenças liquidadas, o equivalente a **10,34%** das sentenças procedentes e procedentes em parte. Houve redução em relação ao ano anterior, quando a relação era de 11,81%.



V) a unidade utiliza o sistema GPrec para requisições de pequeno valor - RPV para o Estado, os municípios e os Correios.



Antecipadamente à correição foi verificado que a unidade mantém os registros de RPV atualizados no sistema GPrec.

VI) a unidade cumpre a [Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 118/2024](#) no que diz respeito ao máximo de 30% de servidores em teletrabalho.



VII) a unidade possui **96,36%** dos processos tramitando no Juízo 100% Digital, conforme relatório do PJe.



VIII) foi verificado no PJe, no dia da correição, que havia 45 petições não apreciadas no escaninho, todas do dia da correição, 1º-12-2025.



IX) os(as) juízes(as) fazem constar em ata a forma de sua presença (se presencial ou telepresencial).



I 4.2.3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

De acordo com informações prestadas pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT da 12ª Região - CPO, considerando que o prédio que abriga o Fórum Trabalhista de Joinville, desde a inauguração em 2010, não havia passado por reformas ou grandes manutenções, necessitava de intervenção na fachada. Em 2024 foi realizada recuperação geral da fachada, pintura e outras manutenções estruturais.

A CPO informou também que, em virtude da reforma recente, não foi efetuada a vistoria do Plano de intervenções 2025/2026.

Destaca, ainda, que

segundo o Plano de Intervenções em Manutenção de Imóveis de 2025, o qual estabelece o *ranking* das unidades do TRT-12 com respeito ao grau de necessidade das intervenções, a unidade [...] aparece com nota técnica de 1,37, o que a posiciona na 35ª colocação do *ranking* de prioridades (ordem decrescente de necessidade).

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional verificou que as instalações estão de acordo com as necessidades funcionais e do público.

4.3. PROJETO GARIMPO

4.3.1. CUMPRIMENTO DAS METAS

A Corregedoria Regional analisou o relatório do Garimpo e a tabela compartilhada, e verificou que a 3ª Vara do Trabalho de Joinville tem 7 contas pendentes a cumprir, referentes a depósitos judiciais.

4.3.2. CONTAS JUDICIAIS

A) SANEAMENTO

Na pesquisa realizada em 24-11-2025, utilizando-se os filtros abaixo, foram localizadas 8 contas judiciais pendentes de saneamento.

Filtros

Banco: Todos

Tipo: Judiciais

Conta: Exemplo: 123456-7

Saldo: 500,01

Valor máximo

Reclamante: Insira nome ou nº documento

Reclamado: Insira nome ou nº documento

Com Movimento: Todas

Jurisdição/VTs: Nome da Jurisdição

Vara: Nome da Vara

Vara associada: VARA DO TRABALHO CORREICIONADA

Associadas a TC: Número do Termo de

Associação/Arquiv: Arquivados

Origem: Todas

Fase: Todas

Processo: Número do Processc

Data de arquivamento: 14/02/2019

Contas unificadas

Regime Especial

Contas saneadas

Buscar

Limpar

B) CONTAS JUDICIAIS SANEADAS COM SALDO IGUAL OU ACIMA DE R\$ 500,01

Na pesquisa realizada em 24-11-2025, utilizando-se os filtros abaixo, foi localizada uma conta judicial saneada com saldo.

Filtros

Banco: Todos

Tipo: Judiciais

Conta: Exemplo: 123456-7

Saldo: 500,01

Reclamante: Insira nome ou nº documento

Reclamado: Insira nome ou nº documento

Com Movimento: Todas

Jurisdição/VTs: Nome da Jurisdição

Vara: Nome da Vara

Vara associada: VARA DO TRABALHO CORREICIONADA

Associação/Arquiv: Arquivados

Origem: Todas

Fase: Todas

Processo: Número do Processc

Data de arquivamento: 14/02/2019

Contas unificadas

Regime Especial

Contas saneadas

Buscar

Limpar

A Diap saneará uma conta judicial que consta na listagem atual do Garimpo, pois ela está associada a processo eliminado. Portanto, existem sete contas judiciais pendentes de saneamento na unidade judiciária.

C) ASSOCIAÇÃO DE CONTAS JUDICIAIS

Na pesquisa realizada em 24-11-2025, utilizando-se os filtros abaixo, foram localizadas 9 contas judiciais pendentes de associação na jurisdição de Joinville (processos arquivados ou em tramitação).

Filtros

Banco: Todos

Tipo: Judiciais

Conta: Exemplo: 123456-7

Saldo: 50,01

Reclamante: Insira nome ou nº documento

Reclamado: Insira nome ou nº documento

Com Movimento: Todas

Jurisdição/VTs: NOME (SEM ACENTO E CEDILHA)

Vara: Nome da Vara

Vara associada: Todas

Associação/Arquiv: Não associadas

Origem: Todas

Fase: Todas

Processo: Número do Processc

Data de arquivamento:

Contas unificadas

Regime Especial

Contas saneadas

Buscar

Limpar

4.3.3. CONTAS RECURSAIS

A) ASSOCIAÇÃO DE CONTAS RECURSAIS

Na pesquisa realizada em 24-11-2025, utilizando-se os filtros abaixo, foram localizadas 80 contas recursais pendentes de associação na jurisdição de Joinville.

Filtros

Banco: Todos

Tipo: Recursais

Conta: Exemplo: 123456-7

Saldo: 50,01 (Valor máximo)

Reclamante: Insira nome ou nº documento

Reclamado: Insira nome ou nº documento

Com Movimento: Todas

Jurisdição/VTs: NOME (SEM Acento e cedilha)

Vara: Nome da Vara

Vara associada: Todas

☐ Associadas a TC: Número do Termo de

Associação/Arquiv: Não associadas

Origem: Todas

Fase: Todas

Processo: Número do Processc

Data de arquivamento:

☐ Contas unificadas ☐ Regime Especial ☐ Contas saneadas

Buscar **Limpar**

B) SANEAMENTO DE CONTAS RECURSAIS

Na pesquisa realizada em 24-11-2025, utilizando-se os filtros abaixo, foram localizadas 4 contas recursais pendentes de saneamento.

Filtros

Banco: Todos

Tipo: Recursais

Conta: Exemplo: 123456-7

Saldo: 500,01 (Valor máximo)

Reclamante: Insira nome ou nº documento

Reclamado: Insira nome ou nº documento

Com Movimento: Todas

Jurisdição/VTs: Nome da Jurisdição

Vara: Nome da Vara

Vara associada: VARA DO TRABALHO CORREICIONADA

☐ Associadas a TC: Número do Termo de

Associação/Arquiv: Arquivados

Origem: Todas

Fase: Todas

Processo: Número do Processc

Data de arquivamento: 14/02/2019

☐ Contas unificadas ☐ Regime Especial ☐ Contas saneadas

Buscar **Limpar**

A Diap saneará duas contas recursais que constam na listagem atual do Garimpo, pois elas estão associadas a processos eliminados. Portanto, existem duas contas recursais pendentes de saneamento na unidade judiciária.

4.3.4. PROADS ABERTOS

Os Proads relativos ao Projeto Garimpo, protocolizados pela unidade judiciária, foram tratados e arquivados pela Divisão de Análise e Apoio.

4.3.5. LISTAGENS EXTRAÍDAS DO GARIMPO

O Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, durante a reunião com a/o diretor de secretaria entregou as seguintes listagens:

- I. Contas judiciais pendentes de saneamento;
- II. Contas judiciais pendentes de associação;
- III. Contas judiciais pendentes pós-garimpo;
- IV. Contas recursais pendentes de associação;
- V. Contas recursais pendentes de saneamento;
- VI. Contas recursais pós-garimpo; e
- VII. Contas recursais de processos não arquivados.

4.4. AUDITORIA DAS CONTAS JUDICIAIS



A auditoria tem por objetivo verificar a regularidade dos depósitos e levantamentos de valores contidos em contas judiciais, tendo por escopo a preservação dos numerários destinados à satisfação dos créditos judiciais trabalhistas.



É realizada com base na [Instrução Normativa nº 36 do TST](#), no [Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 61/2024](#).

A) PROCESSOS ANALISADOS NA AUDITORIA



ATSum nº 0000982-32.2024.5.12.0028
ATSum nº 0001749-70.2024.5.12.0028
ATOrd nº 0001530-57.2024.5.12.0028
ATOrd nº 0001297-07.2017.5.12.0028
ATOrd nº 0000578-83.2021.5.12.0028
ATOrd nº 0001106-15.2024.5.12.0028
ATOrd nº 0000617-12.2023.5.12.0028
Acum nº 0000210-69.2024.5.12.0028
CumSen nº 0001792-43.2024.5.12.0016
ATSum nº 0001957-54.2024.5.12.0028

B) QUESTÕES DE AUDITORIA

Questão	Resultado
Correspondência dos beneficiários dos levantamentos de valores com partes do processo?	Sim
Junta extrato de contas zeradas antes do arquivamento definitivo?	Sim
Os extratos bancários indicam saldo em conta judicial?	Não

Após análise realizada nos processos listados no [subitem 4.4, "A"](#), constatou-se que inexistem evidências de não conformidade.

4.5. OBSERVAÇÕES NOS PROCEDIMENTOS ANALISADOS ANTECIPADAMENTE NA CORREIÇÃO

As determinações e/ou recomendações a seguir foram realizadas com base nos procedimentos analisados antecipadamente na Secretaria da Corregedoria. Listam-se abaixo as determinações e recomendações enviadas à unidade judiciária antecipadamente, em 06-11-2025. No dia da correição verificou-se o pleno cumprimento das determinações cujo prazo decorreu, conforme quadros abaixo.

I. Sisbajud: analisado em 29-10-2025.

Situação encontrada	Em consulta ao Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD, foram localizados 17 protocolos feitos pela unidade judiciária até 31-08-2025 com ordens de bloqueio efetivadas sem qualquer desdobramento.
DETERMINAÇÃO	DETERMINA-SE à secretaria que regularize a situação dos respectivos processos, até 27-11-2025 .
Cumprimento em 28-11-2025	CUMPRIDA

II. Certidão de sobrestamento por execução frustrada ou prescrição intercorrente: analisado em 29-10-2025.

Situação encontrada	Não há padronização do procedimento de expedir a certidão de que trata o art. 164 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional , de que inexistente depósito judicial ou recursal antes do sobrestamento por execução frustrada ou prescrição intercorrente. Há expedição da certidão em alguns processos, mas não em todos. Há cerca de 190 processos sobrestados por execução frustrada ou prescrição intercorrente.
DETERMINAÇÃO	DETERMINA-SE à secretaria que expeça a referida certidão em todos os processos que estão sobrestados por execução frustrada ou prescrição intercorrente, no prazo de 45 dias após a ciência da ata no PJeCor , devendo atentar para a expedição da referida certidão nos próximos processos a serem sobrestados por esses motivos.
Cumprimento em 28-11-2025	CUMPRIDA

III. ILLUMINA12 - Sobrestados: analisado em 03-11-2025.

Situação encontrada	Há 5 processos sobrestados com prazo vencido, conforme relatório de processos sobrestados do Illumina12. Todos estão com prazo a vencer no GIGS.
DETERMINAÇÃO	DETERMINA-SE à secretaria que verifique o relatório do Illumina12 e atualize o prazo de validade do sobrestamento para melhor controle desses processos por meio dessa ferramenta, até 27-11-2025 .
Cumprimento em 28-11-2025	CUMPRIDA

IV. Tarefa: Cumprimento de providências: analisado em 03-11-2025.

Situação encontrada	Há mais de 50 processos alocados na tarefa, com a atividade "audiência" cadastrada, que aguardam inclusão em pauta. O processo ATOrd nº 0001062-59.2025.5.12.0028, por exemplo, teve despacho proferido em 07-10-2025 determinando a inclusão em pauta. No entanto, até o momento, a audiência não foi designada.
DETERMINAÇÃO	DETERMINA-SE à secretaria que faça uma varredura na tarefa, incluindo os processos aptos em pauta, até 27-11-2025 .
Exemplo	ATOrd nº 0001062-59.2025.5.12.0028; ATOrd nº 0001047-90.2025.5.12.0028; ATOrd nº 0001112-85.2025.5.12.0028.
Cumprimento em 28-11-2025	CUMPRIDA

5. DETERMINAÇÕES

5.1. DETERMINAÇÃO ESPECÍFICA

Em decorrência da correição atual, determina-se, no que concerne à Vara do Trabalho correicionada:

- I. cientificar os(as) servidores(as) da unidade judiciária a respeito das determinações e recomendações contidas nesta ata.

5.2. DETERMINAÇÕES PERMANENTES

As seguintes determinações devem ser observadas permanentemente pela unidade judiciária:

- I. observar as regras de segurança contidas no [art. 149 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#);
- II. acompanhar mensalmente a relação dos processos arquivados com valores após 14-02-2019 no [Garimpo](#), conforme “[Quadro esquemático das competências](#)”, disponibilizado na página do Garimpo na intranet;
- III. atentar para o correto registro dos pagamentos efetuados e arrecadados no processo, tanto no cumprimento dos acordos quanto na execução;
- IV. abster-se de encaminhar para a Caex confeccionar as planilhas e apurar as demais verbas (honorários, custas, contribuições, juros, correção, etc) nos casos de prolação de sentença parametrizada com valores e parcelas. Deve-se nomear perito para elaborar os cálculos, mesmo que de sentença liquidada, e incluir os cálculos no PJe-Calc.

Esse procedimento difere da publicação de sentença liquidada, uma vez que a parametrizada apenas aponta valores, sem constar os cálculos com todas as suas informações. O procedimento de elaboração de cálculo para prolação de sentença liquidada está disposto no [art. 103 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#).

Ao prolatar sentença parametrizada e enviar à Caex para elaboração das planilhas, impõe-se àquele Centro significativo gasto de tempo na confecção desses cálculos, uma vez que é necessário fazer o histórico de remuneração e anotar no sistema todos os demais dados do contrato, situação que culmina por contraria o § 2º do art. 5º da [Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 87/2024](#), que consta o seguinte: “As liquidações de sentença deverão ser realizadas por peritos designados pelas varas do trabalho.”

Tal medida se justifica porque as Caex são órgão de cooperação especializado, cujas competências, de acordo com o item IV do Comunicado Conjunto SEAP/SECOR/SEXEC, circunscrevem-se a: Premência na liberação de valores; premência na atualização de

contas; premência na reunião de execuções; conciliar, instruir e julgar incidentes nas execuções reunidas que tramitam na Caex; e organizar a distribuição de mandados.

- V. evitar a exigência, para a Caex, de certidão, *print* de tela ou planilhas paralelas para controle de liberação de valores, cujo controle e auditoria devem ser feitos exclusivamente por meio dos alvarás agregados na linha do tempo, nas certidões automatizadas do Gael e nos dados dos sistemas SIF e/ou Siscondj, conforme constou no [Ofício Circular SECOR/JGR-CAEX nº 01/2024](#);
- VI. promover a intimação para emenda da petição inicial, quando da triagem dos processos, a fim de que sejam incluídos os dados eletrônicos das partes quando ausentes, devendo inserir esses dados nos mandados;
- VII. observar rigorosamente a seguinte ordem de preferência para o cumprimento das comunicações: 1 - domicílio judicial eletrônico; 2 - correspondência via postal; e 3 - mandado judicial; 4 – edital;
- VIII. abster-se, sempre que possível, de utilizar mandado judicial para o envio de ofícios a órgãos, entidades e outros, bem como para o cumprimento de penhora no rosto dos autos, devendo, conforme o caso, ser utilizado o endereço eletrônico (cuja consulta pode ser realizada na parte relativa aos “[convênios](#)” da Secretaria de Execução e Precatórios) ou o malote digital;
- IX. havendo endereço completo nos autos, abster-se de expedir mandado sem antes realizar a tentativa pelo meio postal, com aviso de recebimento. A expedição de mandados deve acontecer somente quando estritamente necessário, devendo-se seguir a ordem descrita na al. I deste subitem;
- X. expedir citação por meio de AR Digital quando tiver que ser realizada pelos Correios, a fim de se ter certeza do recebimento da correspondência;
- XI. verificar no Argos-Poupa convênios se há pesquisas realizadas em face do executado no último ano antes de expedir mandado de pesquisa para cumprimento por oficial(a) de justiça;
- XII. registrar corretamente os pagamentos das requisições de pequeno valor no sistema GPrec, mantendo os registros atualizados;
- XIII. observar o disposto no [art. 57 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#), evitando-se deixar o processo à margem da pauta;
- XIV. sobrestar os processos somente nos casos em que a situação legal autorize essa possibilidade, conforme tabela de movimentos previstas no PJe, sempre precedida de despacho da magistrada ou magistrado;
- XV. atentar, na triagem inicial, para os casos em que não há CPF/CNPJ do réu cadastrado, o que deverá ser solicitado na audiência inicial, a fim de evitar problemas com homônimos na Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT;
- XVI. realizar presencialmente as audiências nas dependências do fórum do trabalho; e
- XVII. observar e cumprir as metas de 2025 do TRT-SC, disponíveis para consulta na [página do Planejamento Estratégico do TRT](#), referidas no [subitem 2.4](#) desta ata.

6. RECOMENDAÇÕES

6.1. RECOMENDAÇÃO REITERADA

Em relação às recomendações decorrentes da correição anterior, verificou-se, na presente correição, a persistência de pendências quanto à observação das seguintes medidas:

- I. considerando que a taxa de sentenças liquidadas é de 10,34%, conforme [subitem 4.2.2, IV](#) desta ata, **REITERA-SE A RECOMENDAÇÃO** para observar que as sentenças, de acordo com o [§ 3º do art. 103 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#), em se tratando de pedido determinado e líquido, sejam liquidadas e, nos demais casos, um percentual mínimo de 25% das sentenças proferidas.

6.2. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

Em decorrência da correição atual, recomenda-se, no que concerne à Vara do Trabalho correicionada:

- I. considerando a análise constante no [subitem 1.1.4](#) desta ata, os(as) juízes(as) devem envidar esforços para prolatar sentenças e decisões no prazo legal; e
- II. para melhorar o [resultado do IGEST](#), os(as) magistrados(as) devem aumentar a quantidade de acordos, sem reduzir a quantidade de sentenças, priorizando os processos mais antigos, bem como evitar manter processos conclusos além do prazo legal. Devem também buscar reduzir o prazo médio da fase de conhecimento. Isto pode ser feito aumentando a quantidade de instruções pautadas por semana, reduzindo o prazo de designação de audiências, e mantendo o processo na pauta enquanto aguarda a realização de perícia.

6.3. RECOMENDAÇÕES PERMANENTES

As seguintes recomendações devem ser observadas permanentemente pela unidade judiciária:

- I. à luz do [§2º do art. 840 do CPC](#), nas hipóteses de difícil remoção ou mediante anuência do credor, os bens penhorados devem permanecer na posse do devedor, a quem incumbirá a responsabilidade de fiel depositário. Tal cautela mostra-se especialmente adequada quando houver risco de que os custos de transporte, armazenagem, escolta, seguro e depósito ultrapassem o valor do próprio bem.

Essa orientação busca conciliar a efetividade da execução com a observância do princípio da menor onerosidade, evitando despesas desproporcionais ou desnecessárias. Trata-se, ademais, de boa prática o alinhamento às certidões lavradas pelos(as) oficiais(as) de justiça quando consignam que a remoção não é recomendável, a exemplo de situações envolvendo bens sujeitos à deterioração, de baixo valor de

mercado, sucateados, de grande porte, de difícil comercialização, ou cujo transporte até depósito oficial implique custos elevados — inclusive quando o custo de transporte e depósito superar o valor que poderiam alcançar em eventual expropriação —, bem como quando houver dificuldades relevantes ao cumprimento das diligências. Nessas hipóteses, a ordem de remoção deve ser reavaliada pelos(as) magistrados(as) após a devolução do mandado;

- II. evitar a dispensa do pagamento de custas pelas partes não beneficiárias da justiça gratuita, nos termos do [art. 141 do Provimento Geral desta Corregedoria Regional](#);
- III. atentar para os principais movimentos considerados para itens de produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade, conforme disposto no [Ofício Circular CR nº 5/2021](#);
- IV. incluir na pauta do Cejusc ou da vara do trabalho os processos baixados do TRT para início da liquidação, como forma de auxiliar na diminuição da taxa de congestionamento;
- V. incluir na pauta do Cejusc ou da vara do trabalho os processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório;
- VI. atentar para o correto cadastro dos nomes e das denominações do recorrente e do recorrido, ao autuar recurso no PJe;
- VII. acessar mensalmente o boletim estatístico de vara, disponível na página da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa na intranet, para conferência da produtividade mensal da unidade;
- VIII. VIII. consultar o Garimpo para verificação das duas vertentes: a primeira relativa à associação de contas e a segunda referente ao saneamento das contas existentes com saldo, relativas a processos arquivados definitivamente, incluídas ou não no Projeto Garimpo, conforme "[Quadro esquemático das competências](#)", disponibilizado na página do Garimpo na intranet. Se constatada a existência de contas com saldo em processos arquivados definitivamente, a Secretaria deve saneá-las imediatamente (repassa efetivo ao respectivo beneficiário), observando-se o procedimento correto para cada caso (Garimpo – processos arquivados definitivamente até 14-02-2019 e pós-Garimpo – processos arquivados definitivamente após 14-02-2019);
- IX. observar a [Portaria CR nº 4/2024](#) e o [Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 61/2024](#) no tocante aos PROADs já instaurados ou a serem instaurados no âmbito do Projeto Garimpo, tendo em vista que a Corregedoria-Geral disciplinou e padronizou os procedimentos a serem adotados quanto à destinação dos valores existentes em contas judiciais relativos a processos incinerados (equivalentes aos "eliminados") e àqueles em que não foi possível identificar o beneficiário do numerário, de modo a assegurar uniformidade procedimental, segurança jurídica, rastreabilidade e observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e prestação de contas ([art. 37, caput, da Constituição Federal](#));
- X. observar o [Ofício Circular CR nº 20/2024](#), que trata da ciência no PJeCor e do cadastro do processo no sistema *Push*, situação que dispensa o acesso semanal; e
- XI. utilizar o [Illumina12](#) para auxiliar na gestão dos processos do PJe. O *link* para esta ferramenta está disponibilizado no menu do PJe (se a extensão maisPJe estiver ativa) ou na área de trabalho do computador ou na [página da Corregedoria Regional na intranet](#) e permite o acompanhamento dos processos do PJe.

7. REUNIÕES

7.1. REUNIÃO COM ADVOGADOS(AS)

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional reuniu-se, no dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às 15h, com as advogadas Janaina Silveira Soares Madeira (OAB nº 18.597), Presidente da Subseção da OAB em Joinville, Eduarda Vieck Rodrigues (OAB nº 60.442), Presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Maria Luiza Dunker (34.035), e Sthefany Rodrigues Pereira (OAB nº 66.747), e os advogados Fabricio Bittencourt (OAB nº 8361), e Reginaldo D’Espindola Junior (OAB nº 60.847).

Eu, Silvana Schaarschmidt, Secretária da Corregedoria, também participei da reunião.

O Exmo. Desembargador-Corregedor agradeceu a presença de todos(as).

A advogada Janaina Silveira Soares Madeira agradeceu a oportunidade e disse que a Justiça do Trabalho em Joinville é célere, eficiente, de ótimo atendimento. Disse que são pontuais as críticas trazidas pelos(as) advogados(as), e passou a palavra, quanto ao tema, à advogada Eduarda Vieck Rodrigues, Presidente da Comissão de Direito do Trabalho.

A advogada Eduarda Vieck Rodrigues ratificou as informações de que o atendimento no Fórum aos advogados é excelente, e que a atuação das Varas é célere e eficiente. Disse que servidores(as) e magistrados(as) são muito acessíveis, solícitos, e que o trabalho no Fórum é de excelência. Apenas destacou que subsiste a crítica dos(as) advogados(as) já feita no ano anterior quanto ao tratamento dispensado pela Exma. Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho nas audiências, tanto em relação às partes e aos(as) advogados(as), quanto também às testemunhas. Aponta que o tratamento fora das audiências é muito bom, mas que durante as audiências a crítica dos(as) advogados(as) persiste.

Por outro lado, todos(as) os(as) advogados(as) presentes elogiaram a questão técnica das sentenças exaradas pela Exma. Juíza, restringindo a reclamação aqui trazida ao trato com as pessoas presentes na audiência.

O Exmo. Desembargador-Corregedor disse que irá retomar o assunto com a Exma. Magistrada.

Os advogados Fabricio Bittencourt, e Reginaldo D’Espindola Junior, a seu turno, apresentaram queixa a respeito de determinados procedimentos levados a efeito pelo Exmo. Juiz Substituto da 3ª Vara do Trabalho, entregando documentos ao Exmo. Desembargador-Corregedor.

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional esclareceu, inicialmente, que a Corregedoria não pode se imiscuir, regra geral, nas decisões de natureza jurisdicional dos(as) magistrados(as), mas que, de qualquer sorte, receberia a documentação apresentada, para o devido tratamento pela Secretaria da Corregedoria. Apontou, ademais, que seu mandato se encerra no dia 06-01-2026, e que, provavelmente, a análise do pleito será feita pelo próximo Corregedor.

Explicou Sua Excelência, ainda, que da mesma forma que leva às secretarias e aos(as) magistrados(as) elogios e/ou críticas da advocacia quanto à tramitação dos processos, também

a elas pede que lhe sejam apresentadas eventuais sugestões de melhoria nos procedimentos dos advogados, sempre no intuito de promover a cooperação judiciária.

No caso de Joinville, disse que as sugestões foram as seguintes:

- atentar à pertinência e adequação das petições apresentadas, para que guardem relação com os processos em que juntadas;
- observância da efetiva necessidade de realização de perícias médicas e/ou técnicas; e
- observância de todos os dados dos(as) reclamantes nas iniciais, inclusive número do PIS e da CTPS, para facilitar a expedição de alvará quanto ao FGTS.

A advogada Eduarda Vieck Rodrigues tomou nota de todas, comprometendo-se a repassá-las aos advogados da região.

O Desembargador-Corregedor prestou esclarecimentos, ainda, quanto ao projeto de equalização do TRT da 12ª Região. Disse que, embora aprovado por unanimidade pelo Tribunal Pleno, conforme RA nº 9/2025, foi suspenso no CNJ por força de liminar concedida pelo Conselheiro-Relator no PCA nº 0005793-70.2025.2.00.0000, em favor da requerente, OAB/Seccional de Santa Catarina. E que, após manifestação da própria CGJT no processo, o Tribunal Pleno optou por revogar a RA referida, para implementação, oportunamente, de outro sistema de equalização, com ajustes em conformidade à manifestação da CGJT, estando o Tribunal aguardando a respectiva validação.

Disse Sua Excelência, ainda, que o maior objetivo da equalização é assegurar a todos os jurisdicionados do Estado de Santa Catarina prestação jurisdicional com duração razoável do processo, não sendo adequado que, hoje em dia, o tempo de tramitação processual entre regiões seja desproporcional. Registrou preocupação quanto à demora na implementação do sistema.

Os(as) advogados(as) presentes manifestaram preocupação quanto ao julgamento de ações de matéria muito próprias da competência territorial de Joinville por magistrados(as) que desconhecem a realidade da região. Sobre o tema, apontou o Exmo. Desembargador-Corregedor que essa é a realidade do Tribunal, que julga processos de todo o estado. E disse que o(a) magistrado(a) trabalhista já é especializado em sua competência, o que assegura tranquilidade para julgamento de todas as matérias, independente da região. Reiterou que o objetivo da equalização é melhor atender o jurisdicionado.

Nada mais havendo a ser tratado, Sua Excelência agradeceu a participação das advogadas e dos advogados presentes e colocou a Corregedoria à disposição permanente da advocacia, enfatizando, mais uma vez, a gestão de colaboração, tendo como orientação precípua a prestação de serviços ao jurisdicionado.



7.2. REUNIÃO COM O DIRETOR DE SECRETARIA

O Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Ozéas de Castro, reuniu-se com o diretor de Secretaria, Gustavo Tuon, no dia primeiro de dezembro de dois mil e vinte e cinco para tratar de procedimentos administrativos e processuais da secretaria.

As Varas do Trabalho de Joinville enfrentam um ano que não é apenas atípico pelo elevadíssimo volume processual, mas pela complexidade das causas e classes processuais, com um saldo total de mais 2.400 casos novos até a correição. Para lidar com essa tendência desafiadora, os magistrados e as equipes vêm intensificando o foco em estratégias inovadoras de gestão e controle. Do contrário, as unidades de Joinville estariam mergulhadas no caos, devido aos esforços conjuntos, "o caos está sob controle".

A análise dos dados extraídos do Painel de Produtividade do 1º Grau revela que o Foro de Joinville não atua apenas como a maior jurisdição em volume, mas estabelece uma hegemonia de eficiência no *ranking* estadual. Ao observar a lista das unidades com maior volume de "Total Solucionado", constata-se que as Varas de Joinville ocupam, em bloco, as posições de liderança.

O dado mais relevante para a gestão estratégica não é apenas a liderança individual de uma ou outra unidade, mas a **homogeneidade dos resultados**. A diferença de produtividade entre as cinco varas é estatisticamente marginal, indicando que todas operam em um ritmo intenso e equiparado, validando a avaliação da Corregedoria de que todas figuram entre as mais eficientes do estado.

O desempenho das cinco unidades reflete uma resposta robusta à altíssima demanda de casos novos distribuídos anualmente. O volume de soluções apresenta-se distribuído da seguinte forma:

- **1ª Vara do Trabalho:** lidera o volume total com **2.096 processos solucionados** e sua composição equilibra um alto número de sentenças (1.295 no total) com uma forte atuação conciliatória (801 acordos).
- **2ª Vara do Trabalho:** apresenta desempenho técnico muito próximo à liderança, com **2.045 soluções totais** e se destaca pela vocação conciliatória, registrando um dos maiores volumes de acordos da jurisdição (847).
- **5ª Vara do Trabalho:** consolida **2.031 processos solucionados**, demonstrando força na atividade judicante de mérito, com 1.189 sentenças procedentes/improcedentes, um dos maiores índices do grupo.
- **3ª Vara do Trabalho:** atingiu a marca exata de **2.000 processos solucionados**. Vale ressaltar que esta unidade obteve o maior subtotal de sentenças proferidas entre as varas de Joinville (1.325), evidenciando um foco intenso no julgamento.
- **4ª Vara do Trabalho:** com **1.940 processos solucionados**, a unidade mantém-se colada ao pelotão de elite. Considerando os desafios de lotação e reestruturação de gabinete enfrentados no período, este resultado — muito superior a diversas outras varas do estado — confirma a resiliência da gestão e a capacidade de entrega mesmo sob condições adversas.

A leitura conjunta dos indicadores demonstra que o Foro de Joinville funciona como uma engrenagem única. Todas as varas superaram ou orbitaram a barreira de 2.000 soluções no período, sustentando a produtividade através de uma combinação equilibrada entre sentenças de mérito (todas acima de 1.000) e conciliações.

Esses dados estatísticos corroboram a informação documental de que, apesar de enfrentarem um volume processual atípico, as unidades operam em níveis de eficiência classificados como extraordinários pela Corregedoria. Portanto, todas as cinco varas figuram entre as mais eficientes e céleres do estado, com resultados impressionantes. Foi comentado, nesse ponto, que a prometida equalização de processos deve poupar a equipe de centenas de casos novos por ano, que serão redistribuídos, tema que tramita para aprovação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho - CGJT.

O Foro de Joinville tem se destacado como um modelo de eficiência e gestão judiciária, operando com um quantitativo de mandados que, embora elevado em comparação a outras jurisdições, reflete a robustez econômica e a litigiosidade da região. Diante desse volume desafiador, as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas do Trabalho, em sintonia fina com a Caex e o Cejusc, vêm implementando uma redução sistêmica e inteligente na expedição de mandados. Essa estratégia de triagem prioriza o esgotamento de vias eletrônicas, como o Domicílio Judicial Eletrônico e o Malote Digital, além da via postal, assegurando que a força de trabalho dos Oficiais de Justiça seja acionada apenas quando estritamente necessária. Tal postura vai ao encontro das discussões sobre a necessidade de fiscalização firme quanto aos mandados estritamente necessários para evitar distorções na lotação paradigma e garantir o equilíbrio da força de trabalho.

Essas boas práticas de racionalização permitem que a equipe de oficiais concentre seus esforços no chamado trabalho de inteligência, essencial para o sucesso de execuções complexas e localização de devedores e bens em casos de difícil resolução, superando a simples estatística numérica de mandados cumpridos. O resultado dessa sinergia entre as Varas e a Caex é palpável.

Atuando como um importante método de contenção e resolução, o CEJUSC absorve o maior impacto de entrada do estado (mais de 6.100 processos), mantendo uma pauta célere inferior a 30 dias — metade do prazo autorizado normativamente. A unidade não apenas concilia (com mais de R\$ 20,3 milhões movimentados), mas adota a boa prática de sanear os feitos em audiência: quando não há acordo, a ata já consigna prazos para defesa e impugnação e diligencia o paradeiro de réus não citados, devolvendo o processo às Varas com a prática de importantes atos processuais, o que reduz drasticamente o retrabalho das secretarias.

A Caex complementa esse ecossistema com níveis de excelência ímpares, mantendo um prazo médio de cumprimento de processos de apenas dois dias e de mandados em oito dias, mesmo diante de um fluxo de 12 mil processos. Sob coordenação proativa, a unidade foca no trabalho de inteligência para localização de bens e devedores, essencial para o sucesso das execuções complexas que tramitam nas Varas, além de manter um índice de conciliação superior a 51% nas suas próprias audiências.

O Projeto Garimpo constitui uma iniciativa estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de utilizar ferramentas tecnológicas e análise de dados para identificar e destinar valores esquecidos ou abandonados em contas judiciais e recursais. Trata-se de um esforço nacional para garantir a efetividade da prestação jurisdicional e promover a reinserção de montantes expressivos na economia, evitando o acúmulo indevido de recursos em processos muitas vezes já arquivados. Nacionalmente, a iniciativa já identificou mais de R\$ 3 bilhões em contas paralisadas, demonstrando a magnitude e a complexidade desta tarefa, descrita por coordenadores do projeto como um trabalho árduo, gigantesco e que exige extrema cautela na busca por beneficiários ou seus sucessores.

No âmbito do Foro de Joinville, a execução deste projeto assumiu contornos de excelência operacional. Historicamente, a jurisdição enfrentava um passivo de milhares de contas pendentes de associação, englobando tanto depósitos recursais quanto judiciais. Em consonância com a diretriz nacional de saneamento, houve um empenho coordenado das Varas do Trabalho locais que, apesar de enfrentarem desafios severos de lotação e um volume processual atípico, lograram reduzir drasticamente esse acervo.

O resultado desse esforço conjunto apresenta os seguintes indicadores atuais:

(a) Contas Recursais: O saldo foi reduzido para apenas 80 contas pendentes de associação e eventual saneamento, cuja responsabilidade ficou distribuída da seguinte forma: linhas 1 a 6: 1ª VT; 7 a 9: 2ª VT; 10 a 17: 3ª VT; 18 a 76: 4ª VT e linhas 77 a 80, 5ª VT.

(b) Contas Judiciais: O saneamento foi ainda mais profundo, restando um saldo residual de apenas 6 contas. Nestes casos específicos, diante da impossibilidade de identificação ou localização dos beneficiários, a diretriz adotada será a protocolização de Processo Administrativo (Proad) junto à Corregedoria, especificamente para a Divisão de Análise e Apoio (DIAP), visando o tratamento adequado dos valores.

Este desempenho do Foro de Joinville destaca-se como ímpar, não apenas pela eliminação quase total do saldo de contas — um objetivo central do Projeto Garimpo para evitar valores estagnados — mas também pela eficiência demonstrada em um cenário de alto volume processual, assim como os desafios estruturais, como a lotação de servidores. Ao dar o destino correto a esses valores, as unidades contribuem para os objetivos macro do projeto, que incluem desde o pagamento a trabalhadores e empresas até a conversão em renda a favor da União, prática estimulada especialmente no contexto pós-pandemia.

Merecem, portanto, as mais sinceras congratulações os(as) magistrados(as) e servidores(as) das cinco Varas do Trabalho de Joinville, do Cejusc e da Caex, que, através dessa gestão estratégica e colaborativa, transformam desafios quantitativos em entrega jurisdicional célere e efetiva.

Especificidades da 3ª Vara do Trabalho de Joinville

A 3ª Vara do Trabalho de Joinville vive a “epidemia” de casos novos que caracteriza o foro, tendo recebido um volume massivo de distribuição — superior a **2.400 casos novos** até a data da correição. Contudo, a unidade responde a esse desafio com indicadores de celeridade que superam substancialmente a média do Tribunal. Os dados de prazos médios são reveladores da eficiência da gestão: na fase de conhecimento, a unidade soluciona os feitos em **188 dias** (média TRT: 185); na liquidação, o prazo é de exíguos **73 dias** (média TRT: 118); e na execução, fase crítica do processo, a vara mantém a média de **399 dias** (média TRT: 533). O ciclo total do processo (do ajuizamento ao arquivamento) fecha-se em **785 dias**, abaixo da média regional (811), demonstrando uma tramitação fluida e desburocratizada.

A pauta de audiências reflete a alta litigiosidade, com a data mais distante para instrução projetada para **28-04-2026** (140 dias de distância). Entretanto, longe de indicar morosidade, esse dado deve ser analisado em conjunto com o volume de audiências realizadas. A 3ª Vara destaca-se como uma das unidades que mais realiza audiências de instrução no foro, totalizando **1.094 audiências de instrução realizadas** até a data da correição. Esse alto volume de atos instrutórios denota um esforço hercúleo dos magistrados em dar vazão à prova oral, essencial para o julgamento dos feitos complexos que tramitam na unidade.

A gestão do fluxo processual apresenta um controle rigoroso dos processos que aguardam agendamento ou providências externas (o chamado “estoque” ou margem da pauta). O painel indica a existência de **205 processos fora de pauta**. Contudo, ao depurar esse dado e excluir os cerca de **42 processos sobrestados**, que aguardam definição de temas vinculantes ou trâmites alheios à vara, a unidade possui um passivo real de apenas **163 processos aguardando inclusão em pauta**. Trata-se de um número extremamente reduzido para o porte da vara, indicando que não há retenção indevida de autos em secretaria e que a fila de agendamento obedece a critérios estritos de organização.

O desempenho da unidade é sustentado pela atuação incansável e técnica de sua magistrada e seu magistrado, que juntos garantiram que a vara atingisse a marca de **2.000 processos solucionados** no ano até a data da correição. A **Juíza Titular Eronilda Ribeiro dos Santos** comanda a unidade com uma entrega jurisdicional sólida, somando **730 processos solucionados**, com **531 sentenças** e **199 conciliações**. A soma desses esforços posiciona a 3ª VT como a unidade com o maior subtotal de sentenças do foro de Joinville (**1.325 sentenças**), confirmando a vocação da vara para a entrega da prestação jurisdicional de fundo, enfrentando o mérito das causas com robustez. O **Juiz Substituto Jeferson Peyerl** apresenta uma produtividade altíssima, tendo solucionado individualmente **1.010 processos solucionados**, focando a sua atuação em **766 sentenças** proferidas e **244 conciliações**, números que evidenciam um ritmo de trabalho intenso e resolutivo.

No que tange ao acervo, a vara mantém o controle de **1.350 processos pendentes de solução** na fase de conhecimento e **165 na liquidação**. Merece destaque especial a gestão da execução: com apenas **1.018 processos pendentes de baixa**, a unidade ostenta um acervo nesta fase significativamente inferior à média do Tribunal (que é de 1.125), revelando efetividade na expropriação e satisfação do crédito. Quanto à Meta 1, embora o volume de

distribuição (2.336 casos) tenha impedido o cumprimento matemático da meta de julgar mais do que recebeu, a unidade está prestes a cumprir a meta através da **Cláusula de Barreira**, com saldo negativo de apenas **3 casos**, mantendo a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (TCL) em 40,06%, dentro dos parâmetros de eficiência mais do que aceitáveis diante da sobrecarga.

Por derradeiro, a análise dos indicadores da 3ª Vara do Trabalho de Joinville revela uma unidade que, sob a liderança firme da Exma. Juíza Eronilda Ribeiro dos Santos e com a atuação destacada do Exmo. Juiz Jeferson Peyerl, de seu Diretor de Secretaria, Gustavo Tuon, que lidera com excelência e peculiar performance toda a engajada equipe, transformou o desafio do volume processual em combustível para a eficiência. A capacidade da equipe em manter os prazos médios de solução muito abaixo da média regional, aliada a um controle cirúrgico dos processos fora de pauta e a uma produtividade de sentenças que lidera o foro, é digna de nota. A gestão demonstra não apenas resiliência, mas uma inteligência organizacional que assegura ao jurisdicionado uma resposta rápida e qualificada, merecendo, portanto, o reconhecimento da Corregedoria como um exemplo de dedicação na Primeira Instância.

7.3. REUNIÃO COM OS(AS) JUÍZES(AS) DO FORO

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional reuniu-se, no dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com os(as) Exmos(as). Juízes(as):

- Rodrigo Gamba Rocha Diniz, Titular da 1ª Vara do Trabalho;
- Eduardo Mussi Dietrich Filho, Substituto da 1ª Vara do Trabalho;
- Tatiana Sampaio Russi, Titular da 2ª Vara do Trabalho;
- Sergio Massaroni, Substituto da 2ª Vara do Trabalho;
- Eronilda Riberiro dos Santos, Titular da 3ª Vara do Trabalho;
- Jeferson Peyerl, Substituto da 3ª Vara do Trabalho;
- Fernando Luiz de Souza Erzinger, Titular da 4ª Vara do Trabalho;
- Marcelo Tandler Paes Cordeiro, Substituto da 4ª Vara do Trabalho;
- Ozéas de Castro, Titular da 5ª Vara do Trabalho; e
- Dilso Amaral Mattar, Substituto da 5ª Vara do Trabalho de Joinville.

O Exmo. Corregedor:

- I. salientou inicialmente que grande parte do trabalho de correição é feito previamente ao comparecimento na unidade judiciária, pois, como os processos são eletrônicos, os autos, indicadores e dados estatísticos são analisados pela Corregedoria e as informações relevantes são transmitidas antecipadamente para que a unidade judiciária possa tomar conhecimento das questões relevantes, prestar esclarecimentos e adotar medidas para melhorar o desempenho, se for o caso;

- II. agradeceu o trabalho que vem sendo realizado pelos(as) juízes(as) e servidores(as) do Foro do Trabalho de Joinville;
- III. repassou os elogios feitos pelos(as) advogados(as) durante reunião realizada anteriormente ([subitem 7.1](#) desta ata), e informou que repassou aos(às) advogados(as) os pedidos feitos por diretores(as) e juízes(as) do Foro;
- IV. solicitou aos(às) juízes(as) que não dispensem o pagamento de custas pelas partes não beneficiárias da justiça gratuita;
- V. solicitou que os(as) magistrados(as) busquem prolatar no mínimo 25% de sentenças liquidadas;
- VI. solicitou aos(às) juízes(as) que acessem o PJeCor semanalmente, conforme Ofício Circular CR nº 40/2020;
- VII. reiterou informação sobre a forma de intimação no PJeCor, que é realizada a primeira por e-mail e as demais apenas via sistema;
- VIII. sugeriu que se analisem as Homologações de Transação Extrajudicial – HTE em audiência;
- IX. reforçou a importância da fundamentação das decisões de admissibilidade dos recursos, com análise circunstanciada dos pressupostos, com a indicação dos IDs respectivos;
- X. solicitou especial atenção na autuação de recursos quanto ao correto preenchimento dos nomes e das denominações das partes (recorrente e recorrido);
- XI. solicitou que o sobrestamento de processos seja realizado somente nos casos em que a situação legal autorize essa possibilidade, conforme tabela de movimentos previstas no PJe, sempre precedida de despacho do(a) magistrado(a);
- XII. informou a utilização do Acervo Digital para disponibilização das gravações das audiências, inclusive devendo ser observada a correta minutagem dos depoimentos;
- XIII. salientou sobre a aplicação da prescrição intercorrente, em face do posicionamento do Tribunal, no sentido de que deve ser aplicada nos termos da lei, inclusive por observância à segurança jurídica;
- XIV. solicitou que se dê prioridade na assinatura dos alvarás judiciais;
- XV. solicitou que se evite manter processos à margem da pauta;
- XVI. solicitou que os(as) juízes(as) continuem a realizar as audiências a partir da unidade judiciária, com registro em ata, salvo nos casos previstos nos normativos pertinentes;
- XVII. fez esclarecimentos sobre a necessidade e a obrigatoriedade de o(a) magistrado(a) residir na sede da comarca, bem como da presença do(a) magistrado(a) na unidade judiciária em pelo menos três dias da semana;
- XVIII. informou acerca da obrigatoriedade do preenchimento correto da agenda do(a) magistrado(a) na página do TRT na internet;

- XIX. renovou informações acerca do Projeto PapoCOR, solicitando apoio para participação dos(as) servidores(as) e dos(as) próprios(as) juízes(as) quando for o caso;
- XX. reiterou acerca do [painel Illumina12](#), que auxilia magistrados(as) e servidores(as) na realização das tarefas diárias, com disponibilização de diversos relatórios em um painel;
- XXI. solicitou que se evite enviar citação para ser cumprida por oficial(a) de justiça, devendo ser utilizado o Domicílio Judicial Eletrônico, quando disponível para a parte, ou enviado pelos Correios, com aviso de recebimento. Solicitou ao Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria para comentar sobre o assunto;
- XXII. recomendou que se faça despacho com todos os passos seguintes do processo, evitando que os autos voltem conclusos após cada ato de secretaria, dando celeridade à tramitação;
- XXIII. comentou sobre a crescente utilização de aplicativos de inteligência artificial, como o Chat-JT, cuja utilização deve ser estimulada, atentando para a conferência final dos resultados trazidos pela IA, isto é, supervisão humana;
- XXIV. atualizou os(as) juízes(as) acerca do Projeto Garimpo; e
- XXV. destacou o bom relacionamento entre juízes e servidores(as).

Por fim, o Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional conclamou pelo bom andamento dos serviços judiciários, destacando que a Corregedoria é parceira do primeiro grau para auxiliar no que for possível, estando à disposição por meio de seus vários canais de contato.



7.4. REUNIÃO DE ENCERRAMENTO COM MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS)

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional reuniu-se, no dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com juízes(as) e servidores(as) do Foro do Trabalho de Joinville para confraternização e reunião de encerramento.

Também participamos da reunião o Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Ozéas de Castro, eu, Silvana Schaarschmidt, Secretária da Corregedoria, Geison Alfredo Arisi, Coordenador de Correições, e Iran Edson de Castro, servidor da Corregedoria.

O Exmo. Corregedor enfatizou a importância das correições presenciais, por oportunizarem o diálogo direto com magistrados(as), servidores(as), advogados(as) e jurisdicionados e agradeceu a acolhida à equipe da Corregedoria.

Parabenizou os(as) juízes(as) e os(as) servidores(as) que atuam no Foro do Trabalho de Joinville e, em nome da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, agradeceu pelo comprometimento, dedicação e competência verificados nas análises realizadas para esta correição, bem como pelo ambiente laboral cooperativo e harmônico, e pelo excelente atendimento conforme destacado pelos(as) advogados(as).

Destacou que o trabalho vem sendo realizado com dedicação, apresentando ótimos resultados, e salientou que o norte do nosso trabalho é atender bem e de forma rápida o jurisdicionado. Destacou que o trabalho realizado em Joinville é de excelência, especialmente para tratar o grande volume processual. Em 2025, a quantidade de casos novos por vara do trabalho já ultrapassa 2.400 processos.

Comentou acerca do Garimpo, destacando que no TRT da 12ª Região já foram liberados mais de 150 milhões de reais aos jurisdicionados, sejam trabalhadores(as), empresas, peritos(as) ou advogados(as). Informou que a Corregedoria absorveu a atuação em cerca de 30 mil contas do Garimpo que possuíam valores ínfimos.

Tratou do [painel Illumina12](#), que foi disponibilizado ao primeiro grau em agosto de 2024, e conta com um painel de dados estatísticos e de movimentação processual, com relatórios que permitem análise da gestão da unidade, com acesso direto ao processo no PJe.

Informou sobre o [Fórum Colaborativo Regional da Corregedoria – FoReCor](#), criado para contribuir com sugestões de melhorias das rotinas judiciais das unidades de primeiro grau, criar canal de comunicação com servidores(as), compartilhar boas práticas, dentre outros, conforme [Portaria SECOR nº 07/2024](#). O FoReCor é composto pelo Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, pela Secretária da Corregedoria, pelo Coordenador de Correições e sete diretores(as) de secretaria de todas as regiões do Estado.

Explanou sobre a equalização de processos entre as varas do trabalho da 12ª Região, mas suspensa por determinação do CNJ.

O Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Ozéas de Castro, enfatizou o ótimo desempenho das unidades judiciais de Joinville, verificado nos dados estatísticos publicados. Destacou que sente orgulho em trabalhar em Joinville, com juízes(as) e servidores(as) muito comprometidos(as) e eficientes, com controle e gestão dos processos.

Comentou sobre os projetos que a Corregedoria apoia e desenvolve, como foi o caso do Gael-Saldo, bem como do e-Carteiro, que realiza a juntada aos autos do andamento da correspondência enviada pelos Correios, do Acervo Digital, que permite a juntada de mídias diretamente no PJe, entre outros.

Eu, Silvana Schaarschmidt, entreguei certificados de participação em projetos da Corregedoria: e-Carteiro para o Cejusc e para a 5ª VT; e também para a 5ª VT, pela participação da Diretora de Secretaria, Denise Cristina Pereira Cordeiro, como membro do projeto Illumina12. Também entreguei cinco certificados de mediador do PapoCOR para o Exmo. Juiz Ozéas de Castro, Titular da 5ª VT de Joinville e Auxiliar da Corregedoria.

O Exmo. Juiz Titular da 1ª VT, Rodrigo Gamba Rocha Diniz, agradeceu a atuação de todos(as) os(as) juízes(as) e servidores(as) de Joinville, pois o resultado alcançado é reflexo do trabalho de todos(as). Agradeceu, também, o diálogo sempre aberto proporcionado pelo Exmo. Desembargador Corregedor e pela equipe da Corregedoria.

A Exma. Juíza Titular da 2ª VT, Tatiana Sampaio Russi, também agradeceu o trabalho de servidores(as), especialmente da sua unidade judiciária, assim como a parceria as inovações trazidas pela atual gestão da Corregedoria.

O Exmo. Corregedor finalizou, informando que a Corregedoria é parceira do primeiro grau, e, para além da função institucional de fiscalizar e orientar, desempenha papel de cooperação e está sempre aberta para magistrados(as), servidores(as), advogados(as) e jurisdicionados.



8. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Anualmente a Corregedoria Nacional de Justiça estabelece diretrizes estratégicas – DE para serem cumpridas pelas Corregedorias dos Tribunais Regionais do Trabalho.

No Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região muitas delas já são observadas por Comitês criados para promover iniciativas e projetos destinados aos temas propostos. Em tais casos, a Corregedoria atua em parceria e cooperação, mormente no que tange ao alcance das iniciativas e projetos no primeiro grau de jurisdição.

A seguir listamos as diretrizes estratégicas que têm sido objeto de atuação em cooperação pela Corregedoria Regional nesta unidade judiciária.

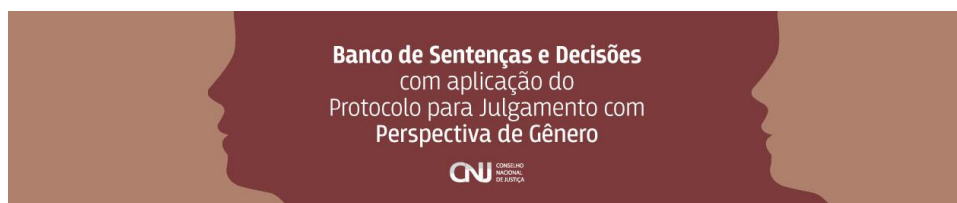


Glossário de
2025

8.1. DE 2 – PROTOCOLOS DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVAS DE GÊNERO E RAÇA

Acompanhar e garantir o cumprimento de protocolos de julgamento com perspectivas de gênero e raça em processos judiciais e administrativos.

A [Resolução CNJ nº 492/2023](#) tornou obrigatórias as diretrizes do [Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero](#) e do [Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial](#) pelo Poder Judiciário.



Acesse pelo
celular



Acesse pelo
celular

O Desembargador do Trabalho-Corregedor abordou a temática de ambos os protocolos e a importância de seu cumprimento nas reuniões com os(as) magistrados(as).

8.2. DE 4 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO

Estimular e acompanhar ações voltadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher e ao cumprimento da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário ([Resolução CNJ nº 351/2020](#))

O Programa de Prevenção, Orientação e Apoio a Magistradas e Servidoras em Situação de Violência Doméstica e Familiar foi instituído pelo TRT-SC em julho de 2024, por meio da [Portaria SEAP nº 134/2024](#).

A iniciativa prevê a implementação de três protocolos - informativo, estrutural e de capacitação - conforme sugerido pela [Recomendação CNJ nº 102/2021](#). Ainda na esfera nacional, o Conselho criou, por meio da [Resolução CNJ nº 542/2023](#), o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), com o objetivo de aprimorar a atuação do Poder Judiciário no enfrentamento a este tipo de violência.

O programa está na [página do TRT12 na internet](#) e a Corregedoria, em parceria e cooperação com o Comitê Gestor Regional do Programa de Prevenção, Orientação e Apoio a Magistradas e Servidoras em Situação de Violência Doméstica e Familiar, promove a sua divulgação por meio conversas na reunião com servidoras e magistradas, e de distribuição de material para fixação nas unidades judiciárias.



Acesse pelo celular

Além disso, com o objetivo de garantir ambientes de trabalho dignos e harmônicos, o TRT da 12ª Região criou [duas comissões de prevenção e enfrentamento de assédio moral e sexual](#), uma para cada grau de jurisdição.

Elas são um desdobramento da [Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação e as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Tribunal e do Foro de 1º Grau](#), que por sua vez está alinhada às políticas nacionais sobre o tema no âmbito do Judiciário ([Resolução CNJ nº 351/2020](#)) e da Justiça do Trabalho em particular ([Resolução CSJT nº 360/2023](#)).

A Corregedoria Regional, em parceria e cooperação à Comissão de prevenção e enfrentamento de assédio moral e sexual, divulgou material e informações pertinentes ao tema nas reuniões com magistrados(as) e servidores(as), além do próprio canal de comunicação para eventuais denúncias.

8.3. DE 5 – SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

Implementar e estimular ações de sustentabilidade e inclusão no âmbito do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e acompanhar o cumprimento das Resoluções CNJ nº 400/21 e nº 401/21.

As ações de sustentabilidade no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região são tratadas pelo Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade criado pela [Portaria SEAP nº 32/2023](#).

A Corregedoria Regional, em parceria e cooperação, reforçou à unidade judiciária de primeiro grau, nas reuniões com magistrados(as) e servidores(as), a importância da prática da sustentabilidade e divulgou, com materiais disponibilizados pelo Setor de Sustentabilidade - as iniciativas e projetos advindos do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade.

Ainda, esclareceu que o Setor de Acessibilidade de Inclusão - ACIN, com participação de servidora da Corregedoria Regional, elaborou uma [Cartilha de Direitos para Servidores com Deficiência](#), que se encontra na página da intranet deste Regional.

Também em consonância com o tema, a Corregedoria realizou um [PapoCOR](#) no dia 12-07-2024, a respeito da [Resolução CNJ nº 401/21](#), apresentando duas soluções de acessibilidade desenvolvidas no âmbito deste Tribunal para o jurisdicionado com deficiência auditiva.



**Pessoas com deficiência
têm prioridade no Proad**



Acesse pelo
celular

8.4. DE 6 – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS – COMBATE À LITIGÂNCIA ABUSIVA

Estimular, implementar e acompanhar ações de desjudicialização e resolução consensual de conflitos, incluindo gestão de litigância previdenciária e fiscal, demandas repetitivas e litigância abusiva, com apoio de Centros de Inteligência e novas tecnologias.

O Desembargador do Trabalho-Corregedor abordou na reunião com os(as) magistrados(as) a importância do combate à litigância repetitiva e abusiva, e reiterou os termos da [Nota Técnica nº 7 deste Regional](#), assim como as demais iniciativas do [Centro de Inteligência do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – CAGI](#).

8.5. DE 7 – COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Implementar ações para estimular magistrados a utilizarem a cooperação judiciária, conforme a [Resolução CNJ nº 350/2020](#), promovendo atos processuais compartilhados e a reunião de ações com fatos comuns, sob orientação dos Núcleos de Cooperação e informando à Corregedoria Nacional.

O Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12) foi criado pela [Portaria Conjunta SEAP/SECOR nº 176/2022](#), com o objetivo de otimizar a prestação jurisdicional por meio da cooperação entre órgãos do Poder Judiciário e outras instituições.

Atendendo às diretrizes da [Resolução nº 350/2020](#) do Conselho Nacional de Justiça, o núcleo atua como um instrumento fundamental para a agilidade e a eficiência do processo judicial, promovendo a integração e o compartilhamento de recursos e informações.

O Desembargador do Trabalho-Corregedor e o Juiz Auxiliar da Corregedoria são, respectivamente, Supervisor e Coordenador do Núcleo de Cooperação Judiciária, do que decorre, nas reuniões com magistrados(as) e servidores(as), a ênfase sobre a importância da cooperação judiciária, sobretudo quanto às iniciativas e realizações que tenham potencial impacto nas rotinas judiciais da unidade correicionada.

A Corregedoria Regional, ainda, divulgou as principais iniciativas e realizações do NCJ, que estão disponibilizadas na sua [página da internet](#).



Acesse pelo
celular

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. PRAZO PARA RESPOSTA

Não há determinação ou recomendação específica que necessite ser informada à Corregedoria Regional.

9.2. REANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A Secretaria da Corregedoria fará nova análise das determinações e recomendações constantes nos subitens 4.5 e 6.1 desta ata após o decurso do prazo de 45 dias.

9.3. SOLICITAÇÕES

Não foram feitas solicitações nesta correição.

9.4. ENCERRAMENTO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco foi encerrada a correição ordinária na 3ª Vara do Trabalho de Joinville. A presente ata foi disponibilizada no PJeCor CorOrd nº 0000198-09.2025.2.00.0512.

Esta ata vai assinada eletronicamente pelo Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional, Narbal Antônio de Mendonça Fileti, e por mim, Silvana Schaarschmidt, Secretária da Corregedoria, que a lavrei.

Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional: Ozéas de Castro, em trânsito.

Equipe da Corregedoria: Silvana Schaarschmidt, Geison Alfredo Arisi, Iran Edson de Castro e Jamile Cury Cecato de Carvalho, em trânsito, e Elise Haas de Abreu, Eriton Carneiro Guedes, Patricia Michels Sandrini, Roberto Ortiz, Silvana Simões de Oliveira e Suzi Gonçalves da Silva Silveira, que integram a equipe fixa desta Corregedoria.

NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI
Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional

SILVANA SCHAARSCHMIDT
Secretária da Corregedoria